Relatório de Atividades e Contas 2024

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

Aprovado em Assembleia Geral 26 de março de 2025

Índice

Mensagem do Presidente 5
Órgãos Sociais 7
1. Introdução 15
2. Enquadramento Económico 17
3. Eixos Estratégicos 21
4. Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos» 27
5. Fóruns Económico-empresariais 31
6. Estudos, Projetos e Relatórios 35
7. Comunidade Associativa 37
8. Grupo do Mediterrâneo 39
9. CIP Data 41
10. 50 Anos 43
11. Conselhos 45
12. Organograma funcional 55
13. Direção de Inteligência Económica 57
14. Direção de Relações Internacionais 65
15. Direção de Relações Sócio-Laborais 73
16. Direção de Sustentabilidade 83
17. Gabinete de Talento, Projetos e Suporte 93
18. Gabinete de Associado, Comunicação e Relações Institucionais 101
19. Proposta de Aplicação de Resultados de 2024 109
20. Contas 2024 111
21. Certificação Legal de Contas 131
22. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 135

Mensagem do Presidente

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Mensagem do Presidente

Aos obstáculos que temos pela frente, vamos responder com a determinação, a energia e o arrojo que revelámos no início do nosso mandato. Esse foi o compromisso que assumimos, e que norteou a atuação da CIP – Confederação Empresarial de Portugal ao longo de 2024. Propusemo-nos fazer a nossa Confederação mais forte e mais presente; trabalhar para que a voz construtiva das empresas e dos empresários seja cada vez mais ouvida, valorizada e atinja resultados concretos; responder às dificuldades e aos entraves com soluções e propostas sólidas.

Construindo sobre os alicerces que erguemos nos primeiros meses do mandato que nos foi confiado, realizámos, em fevereiro, o Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos». Com esta impactante iniciativa, a CIP consolidou-se como ator incontornável na discussão de políticas públicas em Portugal e recolocou a economia no centro do debate público. Ficou plenamente demonstrada a capacidade de agregar o movimento associativo português e mobilizar as empresas em torno do desígnio da transformação do perfil da economia portuguesa. O sucesso do Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos», tanto pelo seu conteúdo como pelo modelo inovador e dinâmico que lhe deu forma, projetou a CIP com uma imagem reforçada de credibilidade e notoriedade na sociedade portuguesa.

Estabelecemos um diálogo exigente com o novo Governo, o que permitiu a assinatura do Acordo Tripartido Sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028. Um acordo que ficou aquém das nossas ambições, mas que tem a marca da CIP em diversas medidas nele constantes e compromete o Governo com um objetivo arrojado em matéria de produtividade e com trabalho futuro a desenvolver, em estreita parceria com a CIP, para o atingir.

Avançámos em domínios cruciais, como o do envolvimento da indústria portuguesa no esforço comum com vista ao reforço das capacidades da defesa, no atual contexto geopolítico. Fortalecemos e promovemos parcerias, no plano externo, e ampliámos a influência da CIP nos fóruns internacionais em que participamos ativamente. Reforçámos e valorizámos o papel dos Conselhos da CIP como espaços de construção de pensamento estratégico.

Prosseguimos no caminho da diversificação da base de associados, fortalecendo a representatividade e abrangência da CIP. Levámos a bom porto o projeto CIP Data, lançando uma ferramenta inovadora que proporciona aos empresários, dirigentes associativos e demais comunidade o acesso permanente a informação e conhecimento de apoio à tomada de decisão.

Todas estas conquistas, e outras, que vêm expressas neste Relatório e Contas, só foram possíveis graças ao entusiasmo com que os Órgãos Sociais da CIP se empenharam na nossa missão comum. A todos e a cada um dos seus membros, o meu agradecimento pelo trabalho que, juntos, desenvolvemos em prol do nosso ecossistema empresarial.

Agradeço também aos colaboradores da estrutura interna da CIP a lealdade, empenho e brio profissional com que serviram a Confederação ao longo de mais um ano de trabalho exigente.

Ao sentimento de dever cumprido soma-se o de permanente insatisfação face ao muito que falta realizar. Que essa insatisfação nos estimule a enfrentar desafios e a cumprir os desígnios que assumimos. Sempre com ambição!

Armindo Monteiro

Órgãos Sociais

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente | António Saraiva

Vice-Presidente | Jorge Rebelo de Almeida, Presidente do Conselho de Administração da Vila Galé - Serviços de Empreendimentos Turísticos, SA

Secretário | Pedro Marques Henriques, Secretário-Geral da Bondalti Capital, SA

Conselho Fiscal

Presidente | Bruno Bobone, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CC - Portugal - Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa

Vice-Presidente | Ana Silveira, Diretora de Relações Externas e Regulação da Galp Energia, SA

Vogal Efetivo | Rui Carlos Lourenço Helena, Sócio e Gerente da BDO & Associados SROC

Vogal Suplente | Anabela Vaz Borges, Associate Partner da BDO & Associados SROC

Direção | Comissão Executiva

Presidente | Armindo Monteiro

Vice-Presidente | João Almeida Lopes, Presidente da Direção da APIFARMA – Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica

Vice-Presidente | Rafael Campos Pereira, Vice-Presidente Executivo da AIMMAP – Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal

Vice-Presidente | José Nogueira de Brito, Presidente da APED – Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição

Vice-Presidente | Luís Miguel Ribeiro, Presidente da AEP – Associação Empresarial de Portugal

Vice-Presidente | Manuel Carlos, Presidente Executivo da APICCAPS – Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos

Vice-Presidente | Carlos Cardoso, Presidente da Direção da ANIMEE – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Elétrico e Eletrónico

Vice-Presidente | Jorge Tomás Henriques, Presidente da Direção da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agro–Alimentares

Vice-Presidente | Óscar Gaspar, Presidente da APHP – Associação Portuguesa de Hospitalização Privada

Membro | Paula Jordão, Diretora Comercial da SONAE SGPS, SA

Membro | Ema Paulino, Presidente da ANF - Associação Nacional das Farmácias

Membro | Eduardo Rangel, Presidente do Conselho de Administração da Rangel – Investimentos Logísticos, SA

Direção

Membro | Vera Pinto Pereira, Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP – Energias de Portugal, SA

Membro | Francisco Maria Pinto Balsemão, Vice-Presidente do Conselho de Administração da IMPRESA, SA

Membro | Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos, Presidente da Comissão Executiva da MOTA ENGIL, SGPS, SA

Membro | Inês Santos, Diretora de Relações Institucionais da Irmãdona Supermercados, Supermecados Unipessoal Lda. (Mercadona)

Membro | Fernando Daniel Nunes, Administrador Executivo do Grupo Visabeira, SA

Membro | António Serrano, Diretor-Geral da Jerónimo Martins – Agro–Alimentar, SA

Membro | Ricardo Martinho, Presidente do Conselho de Administração da Companhia IBM Portuguesa, SA

Membro | Fernando Silva, Presidente Executivo da SIEMENS PORTUGAL, SA

Membro | Pedro Mendes Leal, Administrador da A. Silva & Silva – Imobiliário e Serviços, SA

Membro | António Redondo, Presidente da BIOND – Associação das Bioindústrias de Base Florestal

Membro | Nuno Fernandes Thomaz, Presidente da CENTROMARCA – Associação Portuguesa de Empresas de Produtos de Marca

Membro | Mário Machado, Presidente da Direção da ATP – Associação Têxtil e Vestuário de Portugal

Membro | Gonçalo Figueiredo Barros, Administrador da TRIVALOR, SGPS, SA

Membro | José Eduardo Carvalho, Presidente da Direção da AIP/CCI – Associação Industrial Portuguesa/Câmara de Comércio e Indústria

Membro | Nuno Moreira, CEO da DOUROGÁS – Participações Sociais, SGPS, SA

Membro | Luís Gomes, Presidente da Direção da APQuímica – Associação Portuguesa das Empresas Químicas

Membro | José Galamba, Presidente da Direção da APS – Associação Portuguesa de Seguradores

Membro | Diogo Felgueiras, Diretor Financeiro da CIMPOR, SGPS, SA

Membro | Manuel Tarré, Presidente da Direção da ALIF – Associação da Indústria Alimentar pelo Frio

Membro | Joaquim Camilo, Vice-Presidente da Direção da AESintra – Associação Empresarial do Concelho de Sintra

Membro | Fernando Paiva de Castro, Presidente da Direção da AIDA CCI – Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro

Membro | Markus Kemper, Presidente do Conselho Diretor da Câmara de Comércio e Indústria Luso–Alemã

Membro | Pedro Fraga, Presidente da Assembleia Geral da AEB – Associação Empresarial de Braga

Membro | José Couto, Presidente do Conselho Diretor da AFIA – Associação dos Fabricantes para a Indústria Automóvel

Membro | Vítor Neto, Presidente da Direção da NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve

Membro | Luís Febra, Presidente da Direção da NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria

Membro | Domingos Chambel, Presidente da Direção da NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém

Membro | Manuel de Melo, Administrador da SOVENA Group, SGPS, SA.

Membro | Vanda de Jesus, Finsight Labs, Unipessoal, Lda (iCapital)

Membro | Ana Isabel Trigo de Morais, CEO/Administradora Delegada da Sociedade Ponto Verde

Membro | João Costa Pinto

Membro | Gregório Rocha Novo

Conselho Geral

Presidente | Armindo Monteiro

Membro | Albertina Sequeira, Vice-Presidente Executiva da APICER – Associação Portuguesa das Indústrias de Cerâmica e de Cristalaria

Membro | Carlos Carvalho, Presidente da Direção da ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários

Membro | Amaro Reis, Presidente da Direção da APIP – Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos

Membro | Amílcar Lourenço, Administrador Executivo do Banco Santander Totta, SA

Membro | Ana Figueiredo, CEO da Altice Portugal

Membro | Ana Maria Couras, Diretora-Geral da FIOVDE – Federação das Indústrias de Óleos Vegetais, Derivados e Equiparados

Membro | Ana Palmeira de Oliveira, Presidente da Direção da AEBB – Associação Empresarial da Beira Baixa

Membro | António Pires Andrade, Assessor Económico do Grupo Valouro, SGPS, SA

Membro | António Sousa Pereira

Membro | Carlos Moura, Presidente da Direção da AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

Membro | César Araújo, Presidente da ANIVEC/APIV – Associação Nacional das Indústrias de Vestuário e Confeção

Membro | Cristina Antunes, Presidente da Direção da AEC – Associação Empresarial de Cantanhede

Membro | Cristina Santos, Presidente da Direção da APCC – Associação Portuguesa de Centros Comerciais

Membro | Daniel Redondo, Presidente da ANEBE – Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas

Membro | David Simão, Presidente da Direção da NERBE/AEBAL – Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral

Membro | Mário Rodrigues, Presidente da Direção da NERVIR – Associação Empresarial

Membro | Fernando Santo

Membro | Antonieta Lucas, Presidente da Direção da APORMED – Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos

Membro | Francisco Barroca, Diretor Geral da CERTIF – Associação para a Certificação

Membro | Francisco Cary, Vogal do Conselho de Administração e Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, SA

Membro | Francisco Ferrão, Presidente da ANETIE – Associação Nacional das Empresas das Tecnologias de Informação e Eletrónica

Membro | Jorge Serra, Presidente da Direção da RELACRE – Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal

Membro | Francisco José Meneses da Rosa, Presidente da Direção da CCIA – Câmara de Comércio e Indústria dos Açores

Membro | Franquelim Alves

Membro | João Cardoso de Albuquerque, Presidente da Direção da ACIB – Associação Comercial e Industrial de Barcelos

Membro | João Faustino, Presidente da Direção da CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria de Moldes

Membro | João Lima Valença, Presidente da Direção da AOPPDL – Associação Operadores Portuários Douro e Leixões

Membro | João Nuno Palma, Vice-Presidente da Comissão Executiva/ Vogal do Conselho de Administração do Millennium BCP, SA

Membro | João Pereira da Cruz, Administrador da J. Pereira da Cruz, SA

Membro | Paulo Américo de Oliveira, Presidente da Direção da APCOR – Associação Portuguesa de Cortiça

Membro | Jorge Pais, Presidente da Direção do NERPOR–AE – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre – Associação Empresarial

Membro | Jorge Veiga França, Presidente da Direção da ACIF/CCIM – Associação Comercial e Industrial do Funchal/Câmara de Comércio e Indústria da Madeira

Membro | Nuno Lameiras, Presidente da AGEFE – Associação Empresarial dos Sectores Elétrico, Eletrodoméstico, Eletrónico e das Tecnologias de Informação e Comunicação

Membro | Paulo Salvador Barradas, Presidente da Direção da ANEME – Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas

Membro | José Eduardo Carvalho, Presidente da Direção da AIP/CCI – Associação Industrial Portuguesa/ Câmara de Comércio e Indústria

Membro | José Luís Ceia, Presidente da Direção da CEVAL – Confederação Empresarial do Alto Minho

Membro | José Manuel Lopes de Castro, Presidente da Direção Executiva Nacional da APIGRAF – Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas, de Comunicação Visual e Transformadoras de Papel

Membro | José Maria Freitas, Presidente da ANICP – Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe

Membro | Luís Belo, Partner e Tax Leader da Deloitte Technology, SA

Membro | Carlos Duarte, Presidente da Direção da FORESTIS – Associação Florestal de Portugal

Membro | Manuel Rodrigues

Membro | Maria do Carmo Neves, Presidente da Direção da APOGEN – Associação Portuguesa de Medicamentos Genéricos e Biossimilares

Membro | Maria José Fernandes

Membro | Mário Pinho, Secretário-Geral da AIN – Associação das Indústrias Navais

Membro | Miguel Goulão, Presidente da ASSIMAGRA – Associação Portuguesa dos Industriais de Mármores, Granitos e Ramos Afins

Membro | Miguel Morgado Ribeiro

Membro | Nuno Botelho, Presidente da Direção da ACP – Associação Comercial do Porto – Câmara Comércio e Indústria do Porto

Membro | Nuno Maia, Diretor Executivo da AISET – Associação da Indústria da Península de Setúbal

Membro | Nuno Manuel Soares Flora, Presidente da ADIFA – Associação de Distribuidores Farmacêuticos

Membro | Nuno Silva, Presidente da ANNEIDE – Associação Nacional de Networking Empreendedorismo Inovação e Desenvolvimento Empresarial

Membro | Orlando Faísca, Presidente da Direção do NERGA – Núcleo Empresarial da Região da Guarda – Associação Empresarial

Membro | Orlando Monteiro, Presidente da ANPL – Associação Nacional dos Profissionais Liberais

Membro | Otmar Hubscher, Presidente da ATIC – Associação Técnica da Indústria de Cimento

Membro | Paula Alves

Membro | Pedro Amaral Jorge, Presidente da APREN – Associação Portuguesa de Energias Renováveis

Membro | Pedro Furtado, Diretor de Estudos e Regulação da REN – Rede Elétrica Nacional, SA

Membro | Pedro Leitão, Presidente da Comissão Executiva da Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, SA

Membro | Pedro Matias, Presidente do Conselho de Administração do ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade

Membro | Pedro Mota Soares

Membro | A designar, Liga Portuguesa de Futebol Profissional

Membro | Ricardo Costa, Presidente da Assembleia Geral da AEMinho – Associação Empresarial do Minho

Membro | Nelson Martins, Presidente da AES – Associação de Empresas de Segurança

Membro | Rogério Carapuça, Presidente da APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações

Membro | Rogério Hilário, Vice-Presidente da Direção do CEC – Conselho Empresarial do Centro/CCIC – Câmara de Comércio e Indústria do Centro

Membro | Rui Espada, Presidente da Direção do NERE – Núcleo Empresarial da Região de Évora – Associação Empresarial

Membro | Leonor Sottomayor, Relações Externas da Tabaqueira II, SA

Membro | Rui Rego, Presidente da Direção da AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa

Membro | Salvador Mendes de Almeida

Membro | Vital Rodrigues de Almeida, Presidente da Direção da ABIMOTA – Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas, Ferragens, Mobiliário e Afins

Membro | Vítor Poças, Presidente da Direção da AIMMP – Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal

1. Introdução

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

1. Introdução

O presente Relatório e Contas evidencia a atividade da CIP – Confederação Empresarial de Portugal em 2024, segundo ano do mandato dos Órgãos Sociais eleitos para o quadriénio 2023 – 2027, e reflete a forma como foi assumida a responsabilidade e a exigência de prosseguir a sua missão, estatutariamente definida, no cumprimento do Plano Estratégico «A Força da Economia é a Força de Portugal», que decorre do seu Programa Eleitoral.

O presente Relatório e Contas abre com uma breve síntese do enquadramento económico estruturando-se, seguidamente, de acordo com os quatro eixos estratégicos assumidos pela CIP no presente mandato:

- Estimular o aumento da produtividade para uma nova ambição de crescimento;
- Defender um Estado eficiente ao serviço do desenvolvimento económico e social;
- Reforçar e federar o movimento associativo;
- Assegurar que a CIP é uma organização ágil, aberta e eficaz.

Inclui um capítulo relativo ao Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos», principal iniciativa da CIP em 2024, e outro dedicado aos principais Fóruns Económico-Empresariais dinamizados pela Confederação. Os Estudos, Projetos e Relatórios desenvolvidos ao longo do ano têm também um capítulo autónomo, bem como a Comunidade Associativa, reforçando a articulação com o tecido empresarial.

Adicionalmente, aborda o Grupo do Mediterrâneo, uma iniciativa que fortalece a cooperação económica com esta região, e a CIP Data, que evidencia a aposta da CIP na recolha e análise de informação e dados relevantes. Finalmente, assinalam-se os 50 anos da CIP, um marco histórico que merece particular destaque.

São também apresentadas as atividades levadas a cabo pelos Conselhos Consultivos.

O Relatório e Contas integra, finalmente, o reporte das atividades desenvolvidas pelas unidades da estrutura organizacional interna da CIP, que concorreram articuladamente para a intervenção da CIP em 2024.

2. Enquadramento Económico

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

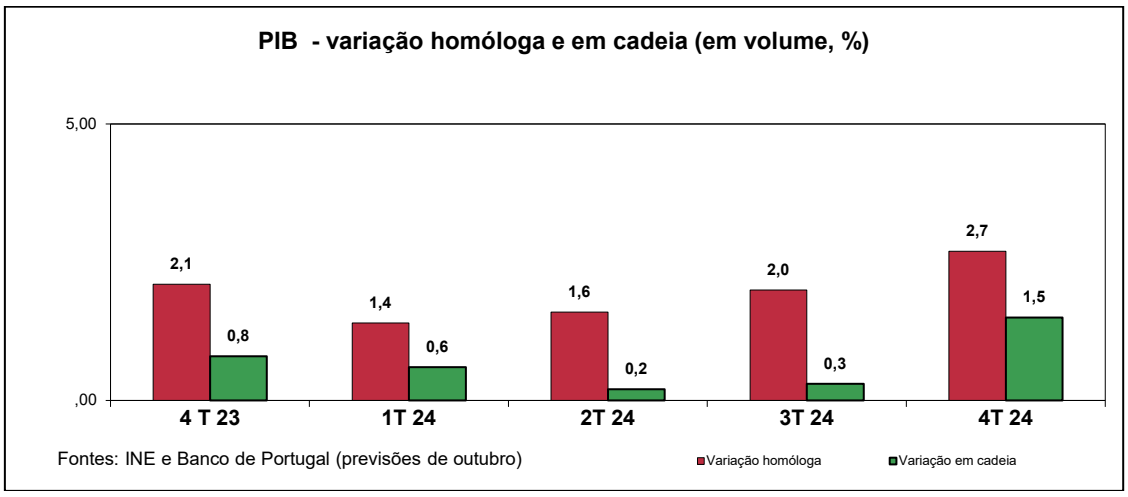
2. Enquadramento Económico

Ao longo de 2024, o desempenho da economia portuguesa foi marcado por uma conjuntura externa adversa, que afetou a maioria dos principais mercados de destino das exportações. A recuperação da economia europeia mostrou-se muito ténue, condicionada pelas dificuldades da economia alemã (cujo PIB caiu 0,3%), pela queda do investimento e pela continuação da contração da produção industrial. Entre as maiores economias europeias, a única exceção a assinalar foi o maior dinamismo registado em Espanha, com um crescimento de 3,2%. Neste contexto, a procura externa dirigida à economia portuguesa, embora recuperando da redução de 0,4% observada em 2023, apenas aumentou 1,4%.

A economia portuguesa foi ainda afetada pela forte restritividade da política monetária, marcada pelo nível elevado das taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu, que só a partir de junho começaram a descer dos máximos históricos que atingiram em 2023.

Assim, a atividade empresarial foi pressionada pelos elevados encargos financeiros e por um agravamento dos custos laborais unitários, resultante de aumentos salariais (3,7% em termos reais) significativamente acima dos ganhos de produtividade (0,6%), num contexto de escassez de mão de obra que afeta a generalidade dos setores.

Este contexto desfavorável afetou em particular a indústria, cuja produção registava, em dezembro, uma contração homóloga de 4,9%.



O crescimento económico ficou a dever-se fundamentalmente à aceleração gradual, ao longo do ano, das despesas de consumo final, sustentadas pela resiliência do mercado de trabalho e pela evolução positiva dos salários reais. Esta aceleração terá sido particularmente notória no final do ano, devido ao aumento do rendimento disponível decorrente do impacto das alterações das taxas de retenção na fonte de IRS.

O investimento desacelerou fortemente, revelando um contributo praticamente nulo para o crescimento económico.

O contributo das exportações de bens e serviços (líquido da sua componente importada) diminui em 2024, após os valores elevados de 2023, influenciados pela forte retoma do turismo registada naquele ano. Ainda assim, as exportações de bens recuperaram de

forma mais marcada do que noutros países da área do euro, com os exportadores portugueses a ganhar quotas de mercado.

No mercado do trabalho, o crescimento em 1,2% do emprego entre 2023 e 2024 permitiu a absorção do aumento da população ativa (1,1%) decorrente dos saldos migratórios positivos, ficando o número de desempregados, em média anual, no mesmo nível de 2023.

A população empregada alcançou sucessivos máximos históricos, atingindo perto de 5,15 milhões de pessoas no final do ano. No entanto, este dinamismo não foi extensivo a todos os setores, tendo a agricultura, a indústria transformadora e o setor do alojamento e restauração sofrido reduções do emprego.

A remuneração média bruta por trabalhador aumentou 6,3% em termos nominais (7,5% no setor público e 6,2% no setor privado). Em termos reais o aumento foi de 3,8% (4,9% no setor público e 3,7% no setor privado), significativamente acima do aumento da produtividade.

Em suma, o crescimento abrandou face a 2023, foi impulsionado sobretudo pelo consumo e ficou a dever-se mais ao aumento do emprego do que da produtividade, cuja evolução foi medíocre. Este rumo revela-se pouco sustentável a médio prazo, tendo em conta a situação de baixas taxas de desemprego, com a criação líquida de emprego dependente dos saldos migratórios.

Pela positiva, é de salientar a continuação da correção dos desequilíbrios macroeconómicos. Ao nível das finanças públicas, o saldo orçamental continuou positivo (estimado em 0,4% do PIB) e o peso da dívida pública no PIB reduziu-se de 97,9%, em 2023, para 95,3% em 2024. Ao nível das contas externas, o saldo das balanças corrente e de capital registou um excedente de 3,3% do PIB, o mais elevado da série estatística iniciada em 1953. Para este resultado contribuiu em muito o aumento do excedente comercial, com a melhoria do saldo positivo da balança de serviços e a redução do défice da balança de bens.

Em média anual, a inflação, medida pelo índice de preços no consumidor, reduziu-se de 4,3% em 2023 para 2,4% em 2024, mas, ao longo do ano, revelou resistência à baixa, com sucessivos aumentos entre agosto (1,9%) e dezembro (3%).

3. Eixos Estratégicos

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

3. Eixos Estratégicos

3.1. Estimular o aumento da produtividade para uma nova ambição de crescimento

Ao longo do ano de 2024, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal prosseguiu a sua intervenção na defesa do crescimento económico e do desenvolvimento social, com base na melhoria da competitividade alicerçada no crescimento sustentado da produtividade, através de mais investimento qualificado, de mais qualificação e formação dos trabalhadores e de melhor gestão.

No início do ano, a ação da CIP ficou marcada pela preparação e realização do seu Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos», que teve lugar em 20 e 21 de fevereiro, no Porto (desenvolvido em ponto autónomo deste Relatório e Contas).

Previamente, a CIP dinamizou debates no terreno em duas frentes. Uma frente setorial, através dos seus Conselhos que, num exercício integrado, forneceram orientações substantivas, permitindo a construção de um raciocínio lógico, coerente e plausível. Numa outra frente, em colaboração com as Associações Regionais foram promovidas reuniões em Braga, Leiria, Évora, Faro, Funchal e Açores (neste caso, online), tendo sido recolhidas as suas principais conclusões, numa visão integradora da territorialidade.

Foi deste trabalho cruzado em tempo útil que a CIP levou ao Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos» propostas concretas para o futuro do País.

Tendo presente o Pacto Social, documento apresentado pela CIP em setembro de 2023, o Congresso reuniu centenas de empresários, académicos, pensadores, gestores e administradores da coisa pública que, em conjunto, procuraram alcançar conclusões verdadeiramente transformadoras do perfil da economia do nosso País. O Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos» trouxe também à discussão, à porta das eleições, as questões que efetivamente importam aos portugueses.

No início do mandato do Governo resultante das eleições legislativas de 10 de março, a CIP foi recebida pelo Primeiro-Ministro, tendo apresentado um conjunto de medidas para uma economia de maior valor, na linha das conclusões do Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos».

O diálogo estabelecido com o Governo e as negociações em sede de Concertação Social permitiram a assinatura, a 1 de outubro, do Acordo Tripartido Sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028.

Neste Acordo, a CIP valorizou particularmente o estabelecimento de uma meta de convergência da produtividade do trabalho com a média europeia, bem como o compromisso de criar uma estrutura de missão para aprofundar, valorizar e reforçar o programa do Governo «Acelerar a Economia», compromisso esse pelo qual se tem vindo a bater, já no início de 2025.

A CIP valorizou igualmente as medidas presentes no Acordo Tripartido Sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028 que vêm ao encontro das suas propostas, em particular a redução, pela primeira vez em mais de 10 anos, da taxa de IRC, bem como a isenção de contribuições e impostos sobre prémios de produtividade, embora sujeita a condições limitativas.

Face aos desafios e oportunidades que se abrem para o envolvimento da indústria portuguesa no esforço comum com vista ao reforço das capacidades da Defesa, no atual contexto geopolítico, a CIP realizou, em junho, o Seminário «Economia e Defesa», em colaboração com a idD Portugal Defence (desenvolvido em ponto autónomo deste Relatório e Contas).

A iniciativa reuniu diversos especialistas, empresários e líderes para, sob a perspetiva da interdependência entre a Economia e a Defesa, debater questões cruciais sobre o papel de Portugal na nova ordem internacional, o investimento nas Forças Armadas nacionais e a importância do ecossistema da defesa.

O Seminário «Economia e Defesa» sublinhou a necessidade de uma abordagem integrada, destacando a importância da inovação, da colaboração entre setores e do investimento estratégico por forma a garantir um futuro seguro e próspero para Portugal.

No âmbito das relações laborais, destacam-se as ações desenvolvidas para promover a reforma urgente da «Agenda do Trabalho Digno», bem como o diálogo com o Governo, iniciado já no final do ano, sobre a proposta de um Protocolo de Cooperação para a Migração Laboral Legal.

No domínio da qualificação e formação, a CIP continuou a pressionar no sentido de acelerar a implementação de muitas das medidas constantes do Acordo «Formação Profissional e Qualificação».

São de salientar, ainda, os seguintes projetos desenvolvidos pela CIP:

- Projeto PROMOVA, em parceria com a Nova SBE, com o objetivo de promover a igualdade de género nas empresas, fomentando a promoção de mais mulheres a funções de gestão de topo (duas edições em simultâneo);
- Projeto PROGRIDA, em parceria com a Porto Business School, igualmente com o objetivo de promover a igualdade de género, mas dirigido a um público-alvo com menos experiência, criando um ambiente propício para que mulheres talentosas alcancem todo o seu potencial de liderança. O projeto teve o seu arranque em março de 2024 desenvolvendo-se ao longo de 9 meses.

Foi ainda desenhado e preparado um novo programa formativo, *Taking the Leap*, desenvolvido em parceria com a Porto Business School e a Nova SBE. Este programa, enquadrado na estratégia ESG (*Environmental, Social, and Governance*), foi desenhado para responder às necessidades atuais das empresas, capacitando gestores, diretores e técnicos para os desafios da sustentabilidade, governança responsável e impacto social.

Na vertente externa, a CIP procurou, em defesa da competitividade das empresas, influenciar as políticas europeias nas diferentes temáticas, designadamente no quadro da sua participação na BusinessEurope, conforme fica reportado nos pontos relativos às Direções da sua estrutura interna.

Destacam-se ainda as seguintes ações:

- As reuniões com deputados europeus, na sequência das eleições para o Parlamento Europeu;
- O Fórum Empresarial Luso-Espanhol, por ocasião da XXXV Cimeira Luso-Espanhola, que reuniu os CEO das principais empresas de Portugal e Espanha tendo, no final, a participação dos Primeiros-Ministros de Portugal e Espanha (desenvolvido em ponto autónomo deste Relatório e Contas);

- A participação da CIP no XV Encontro Empresarial Ibero-Americano, reunido em Cuenca, Equador, no âmbito da XXIX Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo;
- A participação da CIP no primeiro Fórum Empresarial Ibero-África, em Las Palmas, Gran Canária, organizado pela CEOE – Confederação Espanhola de Organizações Empresariais e pelo Governo das Canárias, com o objetivo de promover a cooperação económica entre a Península Ibérica, África e América Latina (desenvolvido em ponto autónomo deste Relatório e Contas);
- O jantar de trabalho no Porto com Enrico Letta, que contou com a presença de 50 empresários portugueses e serviu de palco para uma discussão aprofundada sobre as medidas necessárias para o fortalecimento do mercado único europeu e a competitividade das empresas europeias.

3.2. Defender um Estado eficiente ao serviço do desenvolvimento económico e social

Na intervenção da CIP esteve presente a necessidade de uma profunda simplificação do Estado e seus procedimentos, melhorando o ambiente regulatório das empresas, por forma a diminuir significativamente os custos de contexto, absorventes de energias, tempo e recursos, e que condicionam a produtividade e a competitividade das empresas.

Esta necessidade esteve presente, transversalmente, na intervenção da CIP, nomeadamente nas propostas apresentadas ao Governo, nas negociações do Acordo Tripartido Sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028 e na elaboração de pareceres sobre projetos legislativos.

Na atuação da CIP esteve também presente a preocupação pela eficaz aplicação dos fundos europeus colocados à disposição de Portugal, nomeadamente através do PRR e do Portugal 2030. A preocupação dominante foi a de contrariar os atrasos na execução de ambos os programas e de resolver os principais problemas detetados, em estreita articulação com os Associados. A CIP desenvolveu ainda diligências, junto do Ministro da Economia, para resolver os problemas surgidos no encerramento de projetos conjuntos no Portugal 2020.

Destaque-se ainda a apresentação de propostas ao Grupo de Trabalho constituído no âmbito do processo de simplificação do sistema fiscal, em reunião que teve lugar em outubro. Várias destas propostas tiveram reflexo, já em janeiro de 2025, na Agenda para a Simplificação Fiscal.

Também em outubro, foi iniciada a colaboração com a Comissão para a elaboração do Regime Geral de Taxas da Administração Pública, a qual será aprofundada no início de 2025.

3.3. Reforçar e federar o movimento associativo

Ao longo do ano, a CIP procurou consolidar e estreitar a relação com os seus Associados, nomeadamente através da sua participação ativa e regular nos Órgãos Sociais e nos Conselhos Consultivos.

Também na sua atividade corrente, a CIP procurou valorizar a sua relação próxima e reforçada com os Associados, proporcionando informação atualizada e adequada, respondendo às suas solicitações, promovendo a sua auscultação prévia no âmbito dos pareceres que emitiu e no sentido de apurar dificuldades e obter contributos e respostas a serem transmitidas às autoridades públicas nacionais, às instâncias da União Europeia e à BusinessEurope.
O papel dos Conselhos Consultivos foi reforçado e consolidado. Em ponto autónomo é reportada a atividade destes órgãos de consulta como espaços de estudo, análise, debate, reflexão, orientação e ponderação.

Pelo seu impacto no reforço do movimento associativo, é de destacar a realização da segunda edição do programa de formação executiva dirigido a Gestores de Associações Empresariais, em parceria com a Nova SBE.

A CIP promoveu ainda o acompanhamento, apoio e dinamização, junto dos seus Associados, do Programa Emprego Mais Digital, concebido pela CIP em parceria com o IEFP, com o objetivo de fomentar a (re)qualificação e a inclusão digital. O projeto integra duas medidas: Medida Emprego + Digital e Medida Líder + Digital. A CIP contribuiu para a apresentação de propostas de melhoria, bem como para a facilitação de contactos e o desbloqueio de dificuldades junto das Associações integrantes do programa.

Durante o ano de 2024, a estrutura associativa da CIP foi reforçada com dois novos Associados - JTI (Japan Tobacco International) e UBER Portugal, Lda. - e duas Entidades Parceiras: SUCH - Serviços de Utilização Comum dos Hospitais e LUSICAL - Companhia Lusitana de Cal, S.A.

Tendo-se registado a saída de três Associados (E-Cycle, APIMA e Grupo Bel), a CIP contava, no final de 2024, com um total de 147 Associados.

3.4. Uma Confederação ágil, aberta e eficaz

O Projeto de Capacitação da CIP 2023-2024, apoiado no quadro do Programa Demografia, Qualificação e Inclusão (PDQI), foi concluído em dezembro de 2024, com uma taxa de execução financeira de 100%.

Entre os principais resultados deste projeto, destaca-se o lançamento, em novembro, da CIP Data – uma plataforma colaborativa, de divulgação, análise e discussão de informação, correspondendo às crescentes exigências de atualidade, rigor, rapidez, seletividade e personalização da informação. Apoiada em fontes externas permanentemente atualizadas em tempo real e nos seus próprios documentos de análise, a CIP Data faculta aos empresários, dirigentes associativos e demais comunidade o acesso permanente à informação e conhecimento de apoio à tomada de decisão.

Estão presentemente em pleno funcionamento duas das três áreas previstas para esta plataforma, designadamente CIP Informa e CIP Analisa, estando planeada para 2025 a disponibilização da terceira área – CIP Discute.

Em setembro, a Direção da CIP aprovou o Código de Ética e Conduta, refletindo o compromisso da CIP com as melhores práticas éticas e profissionais, que orientam a sua atuação nas relações com colaboradores, associados, fornecedores e outros

stakeholders. O Código de Ética e Conduta marca um passo significativo na consolidação da cultura de excelência e boas práticas da Confederação.

Foi igualmente aprovado, em dezembro, o Regulamento do Regime Geral de Teletrabalho da CIP, proporcionando regras simples, flexíveis, mas claras para o acesso dos colaboradores a este modo de prestação de trabalho.

Foi preparada e submetida, em outubro, a candidatura do novo projeto da Capacitação Institucional da CIP 2025-2026 enquadrado no PDQI. A candidatura foi integralmente aprovada em janeiro de 2025.

Este novo projeto tem como tema geral a «Competitividade, Produtividade, Inovação e Sustentabilidade», sendo alicerçado em quatro atividades principais:

- Relação com Associados e *Stakeholders*;
- Diálogo Social Europeu e Multilateral;
- Melhoria Interna e Desenvolvimento Operacional;
- *Governance* & Controlo.

4. Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos»

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

4. Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos»

O Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos», realizado a 20 e 21 de fevereiro, no Porto, reuniu centenas de empresários, académicos, gestores, administradores e especialistas de diversas áreas, com o objetivo de alcançar conclusões transformadoras para a economia do país. O evento decorreu no âmbito do «Pacto Social», documento apresentado pela CIP em setembro de 2023, estruturado nos eixos Crescimento, Rendimento e Simplificação, e trouxe para o debate, em vésperas de eleições, as questões centrais para os portugueses.

A preparação do Congresso envolveu um trabalho prévio conduzido pela CIP em duas frentes:

- Setorial, através dos seus Conselhos, abrangendo os diversos setores de atividade;
- Regional, com o contributo da sua rede de mais de uma centena de associações, federações e câmaras de comércio, garantindo uma abordagem integrada da territorialidade para promover coesão, cooperação e competitividade.

Deste trabalho resultaram propostas concretas para o futuro do país, que foram levadas ao Congresso, onde foram debatidas por figuras de relevo como Pedro Siza Vieira, Isabel Capeloa Gil, Pedro Lourtie, José Cunha Rodrigues, Pedro Brinca, Ricardo Arroja, Fernando Alexandre, António Portela, Madalena Cascais Tomé, Nuno Amado, Isabel Vaz e Guy Villax.

O Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos» estruturou-se em seis blocos temáticos, abordando questões centrais para o futuro económico do país:

- O que está em jogo nestas eleições?
- Como fazer crescer Portugal?
- Como reter talento em Portugal?
- A competitividade regional multiplica o crescimento?
- Menos impostos, mais economia?
- É possível aumentar salários sem aumentar a produtividade?

Cada bloco incluiu a apresentação de estudos e reflexões, seguidos de debates e entrevistas, culminando na apreciação de propostas concretas a assumir pela CIP. O evento contou ainda com intervenções dos líderes partidários Pedro Nuno Santos (PS), Luís Montenegro (PSD) e Rui Rocha (IL), que apresentaram as principais linhas dos seus programas económicos, num momento prévio ao arranque oficial da campanha eleitoral.

Foram aprovadas pelo Congresso as seguintes propostas, integradas num Pacto Social destinado a impulsionar o crescimento económico, melhorar a distribuição de rendimento e simplificar a administração pública:

- Isentar de tributação em IRC os lucros que sejam destinados ao investimento e à capitalização das empresas;
- Criar um regime específico de apoio à exportação;
- Isentar de tributação em IRS os primeiros 100 mil euros de rendimento do trabalho auferidos pelos jovens até aos 35 anos;

- Consagrar um 15.º mês (proporcional e voluntário por empresa) isento de impostos e contribuições para a Segurança Social;
- Capacitar as associações empresariais organizadas territorialmente para, com as instituições de Ensino Superior e Profissional, desenhar ofertas formativas correspondentes às especificidades próprias de cada território;
- Promover a partilha de conhecimento entre as instituições de ensino superior e as empresas, por via das associações empresariais, de modo a potenciar e alargar a inovação junto de um maior número de empresas;
- Aplicar a taxa de IVA de 6% a todos os produtos alimentares;
- Reestruturar a tributação em sede de IRC, estabelecendo, até 2026, uma taxa de IRC única de 17%;
- Criar um programa especial Simplex que permita eliminar taxas injustificáveis, que reduza e/ou elimine as que desrespeitam o princípio da proporcionalidade ou que não têm contrapartida de serviço público;
- Suprimir o regime especial aplicável à Autoridade Tributária e Aduaneira em matéria de litigância de má-fé.

O Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos» afirmou-se como um marco decisivo na definição de soluções económicas e sociais sustentáveis, reforçando o compromisso da CIP em construir um pacto que promova o crescimento das empresas, o bem-estar dos trabalhadores e o desenvolvimento do País.

5. Fóruns Económico-empresariais

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

5. Fóruns Económico-empresariais

Num contexto global de crescente interdependência económica e de desafios estratégicos complexos, a dinamização de fóruns económico-empresariais assume um papel crucial na construção de pontes entre diferentes agentes económicos, no reforço das relações institucionais e na promoção do investimento. A CIP – Confederação Empresarial de Portugal tem vindo a desempenhar um papel ativo na organização e participação em iniciativas desta natureza, reunindo decisores políticos, empresários e especialistas para debater temas estruturantes e identificar oportunidades de cooperação.

Os fóruns promovidos ou coorganizados pela CIP em 2024 foram palco de discussões estratégicas em diversas áreas, desde a segurança e defesa até à competitividade ibérica e à cooperação com mercados emergentes. Estas iniciativas refletem a importância do diálogo e da concertação entre os setores público e privado para a definição de políticas e estratégias que impulsionem a economia nacional e a internacionalização das empresas portuguesas.

Seminário «Economia e Defesa»

Lisboa foi palco, no dia 26 de junho, do Seminário «Economia e Defesa», uma iniciativa conjunta da CIP e da idD Portugal Defence, que reuniu diversos especialistas, empresários e líderes para debater questões cruciais sobre o papel de Portugal na nova ordem internacional, o investimento nas Forças Armadas nacionais e a importância do ecossistema da defesa.

A sessão de abertura foi marcada pelas intervenções de Pedro Reis, Ministro da Economia, e Carlos Félix, Presidente da idD Portugal Defence, e a sessão de encerramento contou com as intervenções de Armindo Monteiro, Presidente da CIP, e Nuno Melo, Ministro da Defesa Nacional.

O Seminário «Economia e Defesa» sublinhou a necessidade de uma abordagem integrada para fortalecer a posição do País na nova ordem internacional, destacando a importância da inovação, da colaboração entre setores e do investimento estratégico por forma a garantir um futuro seguro e próspero para Portugal.

Fórum Empresarial Luso-Espanhol

A CIP organizou, em parceria com a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, a CEOE – Confederación Española de Organizaciones Empresariales, o ICEX – Secretaria de Estado do Comércio de Espanha e a Câmara de Comércio de Espanha, um fórum empresarial, no dia 23 de outubro. O evento, realizado paralelamente à XXXV Cimeira Luso-Espanhola, reuniu os CEO das principais empresas de Portugal e Espanha, e teve por objetivo fomentar as relações económicas entre os dois países e promover o desenvolvimento da Península Ibérica.

O encontro contou com a participação dos Primeiros-Ministros de Portugal e Espanha, Luís Montenegro e Pedro Sánchez, respetivamente, além do Ministro da Economia de Portugal, Pedro Reis, e do Ministro da Indústria e Turismo de Espanha, Jordi Hereu.

O Fórum Empresarial Luso-espanhol juntou em Faro 60 empresários de ambos os lados da fronteira e centrou-se em questões estratégicas de interesse comum, tais como os desafios ibéricos no contexto da competitividade global da União Europeia, a cooperação tecnológico-industrial entre Portugal e Espanha, o mercado energético e a segurança na área da energia, além das oportunidades de cooperação comercial com África e América Latina. Também foram debatidos temas como a reindustrialização e a indústria de defesa, setores críticos para ambos os países face ao seu papel na UE e na NATO.

1.º Fórum Empresarial Ibero-África

A CIP esteve envolvida na génese do 1.º Fórum Empresarial Ibero-África (IBAFCAN), realizado a 20 e 21 de novembro em Las Palmas, Gran Canária. O evento, organizado pela CEOE – Confederação Espanhola de Organizações Empresariais e pelo Governo das Canárias, teve como objetivo promover a cooperação económica entre a Península Ibérica, África e América Latina.

O Fórum Empresarial Ibero-África reuniu representantes de Portugal, Espanha, África e instituições empresariais da Colômbia e do Brasil. Entre os temas em destaque estiveram as oportunidades de investimento, a transição verde e a conectividade económica, com o objetivo de reforçar as parcerias estratégicas entre estas regiões.

O envolvimento da CIP no IBAFCAN reflete o seu compromisso em reforçar os laços económicos com África e com os parceiros latino-americanos. Este evento surge no âmbito de uma colaboração institucional entre a CIP e a CEOE, marcando um passo significativo para a cooperação entre as comunidades empresariais das duas regiões.

6. Estudos, Projetos e Relatórios

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

6. Estudos, Projetos e Relatórios

Com o objetivo de caracterizar a realidade e identificar, de forma mais precisa, os impactos do funcionamento do sistema de justiça na economia e da participação em procedimentos pré-contratuais regulados pelo Código dos Contratos Públicos, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal lançou um inquérito dirigido às empresas que integram a sua estrutura associativa. Este inquérito inseriu-se no quadro do envolvimento da CIP em dois estudos: um realizado pelo Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa (CISEP) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG/UL), com enfoque na temática dos custos de contexto, e outro realizado pela SRS Legal, sobre a participação das empresas em procedimentos pré-contratuais abrangidos pelas regras da contratação pública.

Os resultados do inquérito confirmam a relevância na economia portuguesa dos custos de contexto derivados do funcionamento do sistema judicial, com influência na competitividade das empresas nos mercados nacional e global. Entre os problemas decorrentes do funcionamento do sistema judicial, a celeridade nas decisões judiciais e a burocracia são os dois principais aspetos que prejudicam a atividade económica das empresas. Também no domínio da contratação pública, a excessiva e complexa burocracia avulta como um custo de contexto que prejudica severamente a atividade económica das empresas.

Foram desenvolvidas diligências para a realização de um estudo com o objetivo de delinear as orientações relevantes do ponto de vista dos interesses dos contribuintes, e em especial do setor empresarial, para o enquadramento jurídico a definir num Regime Geral de Taxas e Contribuições para a Administração do Estado. Este estudo, que neste momento já se encontra em avançado desenvolvimento, surge no contexto da colaboração da CIP nos trabalhos da Comissão criada pelo Governo com o objetivo de estudar e propor um anteprojeto de diploma que consagre o referido Regime, dando assim cumprimento ao compromisso assumido no Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade.

Foram também iniciados os trabalhos com vista à realização de um estudo sobre a Produtividade em Portugal. Partindo do diagnóstico da produtividade nacional e regional, o estudo, já em curso, visa a conceção de um roteiro claro para o aumento da produtividade e competitividade no país e nas economias regionais, alavancado sobretudo na dinamização do tecido empresarial.

7. Comunidade Associativa

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

7. Comunidade Associativa

Em 2024, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal consolidou o seu papel como a maior Confederação empresarial nacional, representando todos os setores de atividade e todas as regiões do País. No sentido de fortalecer e dinamizar a sua Comunidade Associativa, foram desenvolvidas diversas iniciativas estratégicas, com enfoque na proximidade, no aprimoramento dos serviços prestados e na sustentabilidade da Confederação:

- A CIP intensificou o contacto com os seus Associados, promovendo reuniões regulares para compreender as suas necessidades e alinhar estratégias. Esta abordagem reforçou a articulação entre a Confederação e os seus membros, garantindo um apoio mais eficaz;
- Foram desenvolvidas iniciativas para oferecer maior valor aos Associados, nomeadamente através da partilha de informação estratégica, representação ativa em fóruns nacionais e internacionais e apoio na participação em eventos de relevância empresarial;
- Foi realizado um esforço significativo para atualizar os valores das quotas, alinhando-os com o definido no regulamento de quotas da Confederação. Esta medida contribuiu para o caminho da sustentabilidade da CIP em curso e para o reforço da capacidade de ação da organização.

O crescimento da base de Associados foi também uma prioridade da CIP em 2024, não apenas para reforçar a representatividade e influência da Confederação, mas também para garantir a sua sustentabilidade financeira e a continuidade das suas iniciativas estratégicas.

O trabalho desenvolvido permitiu um crescimento sustentado da Comunidade Associativa da CIP, reforçando a sua posição como a voz do tecido empresarial português e garantindo um apoio mais abrangente e representativo às empresas e associações do país.

8. Grupo do Mediterrâneo

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

8. Grupo do Mediterrâneo

As confederações empresariais de Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Malta, Chipre, Croácia e Eslovénia, oficializaram o Grupo do Mediterrâneo em novembro de 2024. Este grupo empresarial, que resulta de uma proposta da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, que dinamizou o seu lançamento, tem vindo a reunir informalmente ao nível técnico há dois anos e conquistou já importantes resultados em áreas onde as empresas destes países têm interesses comuns.

Este grupo foi formalizado, a nível político, pelos Presidentes e Diretores Gerais destas Confederações, reunindo paralelamente ao Conselho de Presidentes da BusinessEurope de Varsóvia, sendo um marco muito importante no reforço da cooperação entre as confederações empresariais dos países mediterrânicos que, conjuntamente, representam 41% do PIB da União Europeia (UE).

O Grupo do Mediterrâneo reveste-se de importância acrescida no atual contexto europeu, onde se enfrentam sérios desafios a nível geopolítico, de perda de competitividade e de segurança. A União Europeia parte para este novo ciclo político fragilizada, com uma crise evidente no Eixo Franco-Alemão, ao que acrescem as graves crises políticas nos respetivos governos, e onde vemos novas forças a emergir, nomeadamente no bloco nórdico e de leste. A criação de sinergias no bloco sul e mediterrânico será necessária ao justo equilíbrio de interesses na UE e para chegarmos a bom porto em temas de importância estratégica para o nosso país.

Efetivamente, há variados desafios que as empresas destes países enfrentam e que não estão necessariamente alinhados com os interesses dos restantes Estados-Membros. Destacam-se o próximo ciclo de fundos europeus, o reforço e modernização de infraestruturas para a adaptação climática, o mar e as condições equitativas no mercado interno. Estes são alguns dos assuntos que estão a ser trabalhados conjuntamente, com vista a reforçar a voz das nossas empresas junto da UE.

9. CIP Data

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

9. CIP Data

A digitalização e a inteligência de dados estão a transformar a forma como as empresas tomam decisões e interagem com o mercado. Para responder a esta necessidade, a CIP - Confederação Empresarial de Portugal desenvolveu a CIP Data, uma plataforma digital inovadora que centraliza informação económica, financeira e de mercado. O seu objetivo é claro: oferecer aos seus Associados um acesso fácil, rápido e eficiente a dados essenciais, permitindo uma gestão mais informada e estratégica.

Reunindo dados de fontes reputadas, bem como relatórios elaborados pela própria CIP, a plataforma disponibiliza informação relevante para empresários, dirigentes associativos e demais profissionais envolvidos na tomada de decisões estratégicas.

Com a CIP Data, os utilizadores podem:

- Aceder rapidamente a relatórios e estudos de mercado atualizados;
- Pesquisar informação através de filtros intuitivos, permitindo um acesso personalizado aos dados;
- Receber notificações sempre que novos documentos forem disponibilizados, garantindo acesso a informação atualizada em tempo real.

O desafio central foi transformar um vasto conjunto de dados numa plataforma digital acessível e eficiente para os utilizadores.

A CIP Data posiciona-se como um recurso estratégico para o setor empresarial português, ajudando as empresas a compreender melhor o ambiente em que operam, a antecipar desafios e a identificar oportunidades. A tomada de decisão baseada em dados concretos é essencial para garantir uma gestão eficiente e alinhada com as dinâmicas de mercado.

Ao oferecer acesso rápido e simplificado a dados macroeconómicos, jurídicos e de sustentabilidade, a plataforma ajuda as empresas a manterem-se informadas sobre mudanças regulatórias e a adaptarem-se rapidamente a novos desafios e oportunidades.

Num mercado cada vez mais dinâmico, o acesso a dados fiáveis e relevantes é um fator determinante para o sucesso sustentável das empresas. A CIP Data permite que empresários e dirigentes associativos tomem decisões mais ágeis e fundamentadas, reduzindo o tempo de pesquisa e aumentando a qualidade das análises estratégicas.

10. 50 Anos

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

10. 50 Anos

Em 2024, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal iniciou as comemorações do seu 50.º aniversário, assinalando meio século de dedicação ao fortalecimento do tecido empresarial português. Esta ocasião especial celebra não apenas a trajetória da CIP, mas também o espírito empreendedor, a visão estratégica e a resiliência dos seus Associados, cujo compromisso foi essencial para o progresso económico do País. Ao longo dos anos, a CIP consolidou-se como um pilar fundamental do desenvolvimento sustentável de Portugal, impulsionando políticas económicas e promovendo a competitividade das empresas portuguesas.

Para assinalar esta data emblemática, a CIP lançou um conjunto de iniciativas que se estenderão até 2025, refletindo a sua história, o seu impacto e a sua visão para o futuro:

- Criação de um selo comemorativo dos 50 anos, simbolizando a relevância e o legado da Confederação;
- Desenvolvimento de uma nova logomarca, a ser apresentada publicamente em 2025, reforçando a identidade e modernização da CIP;
- Edição de um livro histórico sobre os 50 Anos da CIP, um registo detalhado da evolução da Confederação. Em 2024 foi definida a estrutura, a metodologia de pesquisa, a recolha de informação histórica e foram realizadas entrevistas com figuras-chave;
- Produção de entrevistas em vídeo com os ex-Presidentes da CIP, que partilharão a sua visão e testemunhos sobre o percurso da organização, a divulgar em 2025;
- Edição especial da Revista «Indústria» dedicada ao 50.º aniversário da CIP, destacando marcos históricos, conquistas e perspetivas para o futuro.

Com estas iniciativas, e as que virão em 2025, a CIP reforça o seu compromisso com o desenvolvimento do tecido empresarial português, prestando homenagem ao seu percurso e projetando os desafios e oportunidades dos próximos anos.

11. Conselhos

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

11. Conselhos

Os Conselhos Consultivos da CIP são espaços de estudo, análise, debate, reflexão, orientação e ponderação que consubstanciam um alicerçado, criterioso e fundamentado pensamento estratégico sobre as mais basilares áreas da atividade económica, da governação política e do associativismo.

Um conjunto de estruturas suporte, constituído por individualidades, instituições e empresas, organizadas debaixo de reconhecidas matérias públicas e lideradas por personalidades de inegável mérito, que num trabalho integrado permitem, então, a construção de um raciocínio lógico, coerente e plausível vertido em propostas substantivas.

Com o objetivo de potenciar o máximo possível de proveito das atividades dos Conselhos Consultivos, foi nomeado, na estrutura interna da CIP, um «curador» do Conselhos.

Do acompanhamento regular que fará dos trabalhos de todos os Conselhos Consultivos, espera-se uma abrangente grelha de análise que permita alertar para complementaridades, redundâncias, correlações, alternativas e desafios, contribuindo assim para um superior desempenho destes Conselhos na sua missão de proporcionar à Comissão Executiva as melhores soluções nas áreas da atividade económica, da governação política e do associativismo.

11.1. Conselho da Construção, Imobiliário e Habitação

O Conselho da Construção, Imobiliário e Habitação da CIP acompanhou de forma contínua a evolução do setor, mantendo-se disponível para contribuir sempre que necessário na atividade da Confederação.

11.2. Conselho da Energia

O Conselho da Energia realizou três reuniões em 2024.

11.2.1. Principais pontos em agenda

O Conselho da Energia debruçou-se, nomeadamente, sobre os seguintes temas:

- Energia - custo e competitividade;
- Transição / Descarbonização / Eficiência - O Impacto da Transição Energética Europeia e Nacional na Competitividade das Empresas;
- Impostos no setor da energia.

11.2.2. Documentos produzidos

- Tomada de posição em sede de consulta pública do Plano de Ação para o Biometano 2024-2040;
- Tomada de posição em sede de consulta pública sobre «Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis»;

- Tomada de posição em sede de consulta pública sobre o «Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)»;
- Elaboração de posição sobre «O financiamento da Tarifa Social de Eletricidade».

11.3. Conselho da Logística, Transportes e Mobilidade

O Conselho da Logística, Transportes e Mobilidade teve a sua primeira reunião de *kick-off* em dezembro de 2024.

11.3.1. Principais pontos em agenda

Apresentação de desafios e a definição dos objetivos e das linhas estratégicas a propor aos Membros do Conselho da Logística, Transportes e Mobilidade.

11.4. Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar

O Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar realizou onze reuniões em 2024.

11.4.1. Principais pontos em agenda

- Execução Orçamental da Saúde em Portugal (DGO - Direção-Geral do Orçamento) – dados mensais;
- Retrato do setor privado da saúde (estudo da Informa D&B);
- Congresso CIP 20-21fev2024 - «Pacto Social. Mais economia para todos»;
- Eleições legislativas de 10/03/2024 (programas eleitorais – área da Saúde);
- Composição do XXIV Governo Constitucional;
- Audiência com a Ministra da Saúde em 22/05/2024;
- Ministério da Saúde: Plano de Emergência e Transformação na Saúde (Conselho de Ministros de 29/05/2024);
- Dívidas das ARS's (Administrações Regionais de Saúde);
- Relações com as ULS's (Unidade Local de Saúde);
- Seminário «Economia e Defesa», 26/06/2024, Culturgest (organização CIP e idD Portugal Defence);
- «Structural Trends Shaping Portugal's Economy and Growth» – estudo da Universidade Católica Portuguesa elaborado no âmbito do «Portugal Capital Markets Day 2024»;
- Entrada em funcionamento do novo modelo de gestão do SNS (Serviço Nacional de Saúde);
- Exportações de medicamentos;
- MPS - Mútua Portuguesa de Saúde: apresentação;
- Diretiva revista da UE relativa ao tratamento de águas residuais urbanas;
- VALORMED (sociedade sem fins lucrativos à qual está atribuída a responsabilidade de gestão dos resíduos de embalagens vazias e medicamentos fora de uso de origem doméstica) - revisão unilateral da licença desta entidade e criação de objetivos irreais para a mesma;
- OE/2025 (por exemplo, majoração de despesas com seguros de saúde);
- Aumento populacional: pressão sobre o SNS.

11.4.2. Documentos produzidos

Foram redigidas e enviadas diversas cartas:

- Para a Ministra da Saúde, em 11 de abril, sobre pedido de audiência;
- Para o Ministro de Estado e das Finanças, para a Ministra da Saúde e para o Ministro da Economia, em 25/11/2024, sobre «O setor privado da Saúde como parceiro de desenvolvimento e da sustentabilidade do sistema de Saúde».

11.4.3. Ações desenvolvidas

Conferência «Saúde e Finanças Públicas | Diálogo necessário para a Sustentabilidade dos Sistemas de Saúde» (23/05/2024, Centro de Congressos de Lisboa).

11.5. Conselho das Câmaras de Comércio

Realizou uma reunião, a 08 de fevereiro de 2024, com vista à definição do plano de atividades do Conselho e recolher as expectativas e objetivos dos membros em relação ao plano de trabalhos para este Conselho.

11.6. Conselho das Empresas

O Conselho das Empresas realizou uma reunião em 2024 que contou com a presença do Ministro da Economia, Pedro Reis.

11.6.1. Principais pontos em agenda

Constrangimentos que estão na base do fraco crescimento económico.

11.7. Conselho do Agroalimentar

O Conselho do Agroalimentar realizou quatro reuniões no decurso de 2024, tendo numa das reuniões estado presente o Ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes.

11.7.1. Principais pontos em agenda

- Evolução recente do sistema agroalimentar português e os desafios face ao novo contexto da União Europeia;
- IVA dos Alimentos – Visão e Ação para 2024;
- A Política Fiscal no Agroalimentar;
- A política europeia de defesa e as questões da segurança alimentar;
- Política de Apoio à Internacionalização e à Produção Nacional. Redução do défice da Balança Agroalimentar;
- Desafios da água e o futuro do regadio;
- Reprogramação do PEPAC e o impacto no apoio ao Investimento.

11.7.2. Documentos produzidos

- Apresentação ao Ministro da Agricultura e Pescas das principais linhas estratégicas do Agroalimentar;
- Definição das linhas gerais para a elaboração de estudo que apoie e fundamente a aplicação da taxa reduzida do IVA aos produtos alimentares e bebidas. Esta ação está a ser desenvolvida conjuntamente com o Conselho do Comércio e Serviços da CIP.

11.8. Conselho do Ambiente e Sustentabilidade

Este Conselho reuniu em plenário sete vezes durante o ano de 2024. Houve ainda dez reuniões dos grupos de trabalho (Economia Circular, Resíduos) e *task forces* (CBAM, Embalagens, Diretiva Alegações Ecológicas, Diretiva Tratamento Efluentes Urbanos) criados para acompanhamento de temas específicos durante o ano de 2024.

Como habitualmente, o Conselho reuniu com diversos representantes da administração e Governo, nomeadamente:

- Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente (APA IP);
- Divisão de Políticas de Mitigação, Departamento de Alterações Climáticas da APA IP;
- Direção de Serviço de Tributação Aduaneira da Autoridade Tributária (AT);
- Direção de Serviços do Comércio Internacional da Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE);
- Direção de Serviços de Sustentabilidade Empresarial da DGAE;
- Secretário de Estado do Ambiente.

11.8.1. Principais pontos em agenda

O Conselho do Ambiente e Sustentabilidade debruçou-se, nomeadamente, sobre os seguintes temas:

- Regulamento Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) e Regulamento de Gestão de Fluxos Específicos de Resíduos (UNILEX);
- Responsabilidade Alargada do Produtor e Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE);
- Diretiva Alegações Ambientais;
- Diretiva do Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD);
- Regulamento de Embalagens e Resíduos de Embalagens (PPWR);
- Regulamento Ecodesign de Produtos Sustentáveis (ESPR);
- Diretiva Tratamento de Efluentes Urbanos (UWWTD).

11.8.2. Documentos produzidos

- Comentários às propostas de aditamento das licenças das Entidades Gestoras do SIGRE – consulta de interessados da APA IP, 24 de agosto;
- Comentários à proposta lista alínea 5.ª do artigo 28.º do UNILEX – consulta de interessados da APA IP, 19 de setembro;
- Comentários à proposta de metodologia de cálculo e valores de contrapartida 2025 – audiência prévia da Agência Portuguesa do Ambiente (APA IP),15 de outubro;

- Documento «Prioridades no trílogo sobre a proposta de Regulamento sobre Embalagens e Resíduos de Embalagens (PPWR)», APA IP, 12 de fevereiro;
- Documento «Propostas para simplificação da implementação do período transitório do CBAM-Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras», APA IP e AT, 4 de março;
- Comentários sobre proposta Diretiva Alegações Ecológicas, APA IP e DGAE, 3 de junho;
- Comentários sobre a proposta de revisão da Diretiva relativa ao Tratamento de Efluentes Urbanos (UWWTD), Ministra do Ambiente e Ministro da Economia, 8 de agosto;
- Documento «UE – Prioridades», sobre preocupações e recomendações do Conselho relativamente às políticas europeias de ambiente e clima, 23 de agosto.

11.9. Conselho do Comércio e Serviços

Ao longo do ano de 2024, o Conselho do Comércio e Serviços realizou seis reuniões.

11.9.1. Principais pontos em agenda

- IVA nos produtos alimentares;
- Horários do Comércio;
- Late Payments Directive;
- ESG e reporte não financeiro das empresas;
- Regulamento Europeu Anti-Deflorestação;
- Impacto no setor da Proposta do Governo «Acelerar a Economia»;
- Resíduos têxteis – RAP (responsabilidade alargada do produtor) e enquadramento nacional e europeu;
- Cibersegurança – o novo panorama regulatório.

11.9.2. Documentos produzidos / Ações Desenvolvidas

- Elaboração e apresentação de uma proposta de Boletim Económico de Comércio (e Serviços).

11.10. Conselho do Ensino Superior, Investigação e Inovação

O Conselho do Ensino Superior, Investigação e Inovação realizou quatro reuniões em 2024.

11.10.1. Principais pontos em agenda

- Modelos de colaboração entre Instituições de Ensino Superior (IES) e empresas;
- Transferência de conhecimento entre a academia e a indústria;
- Incentivos fiscais ao investimento em ciência;
- Revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

11.10.2. Documentos produzidos / Ações Desenvolvidas

- As reuniões tiveram convidados (CEO e representantes de empresas) que testemunharam as boas práticas entre academia e empresas;
- Contributo para o parecer da CIP sobre a revisão do RJIES.

11.11. Conselho do Turismo

O Conselho do Turismo reuniu uma vez em 2024.

11.11.1. Principais pontos em agenda

Turismo Nacional e Internacional: impacto na economia e perspetivas face às alterações geoestratégicas.

11.12. Conselho para a Atração de IDE

O Conselho para a Atração de IDE realizou cinco reuniões em 2024, com preparação de propostas de atração de IDE tendo em visto o Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos», no Porto, em fevereiro de 2024.

11.12.1. Principais pontos em agenda

Preparação de propostas para atração de IDE no âmbito do Orçamento do Estado 2025, que foram também apresentadas à Comissão Executiva da CIP.

11.13. Conselho para a Cultura, Eventos e Entretenimento

O Conselho para a Cultura, Eventos e Entretenimento foi criado e realizou a sua primeira reunião a 16 de julho de 2024.

11.13.1. Principais pontos em agenda

- Radiografia do Setor Cultural em Portugal;
- Propostas para Impulsionar o Setor da Cultura, Eventos e Entretenimento;
- Análise da Lei Rouanet;
- Investimento Público em Cultura e na Construção/Reabilitação de Equipamentos Culturais;
- Devolução do IVA.

11.14. Conselho para a Economia Digital

Foram realizadas várias diligências para a reativação do Conselho para a Economia Digital da CIP, tendo sido nomeado um novo Presidente, que reuniu um grupo de especialistas para estruturar a sua agenda, com o objetivo de reforçar o compromisso da CIP na transformação do perfil da economia portuguesa.

11.15. Conselho para a Economia do Mar

O Conselho para a Economia do Mar realizou quatro reuniões em 2024.

11.15.1. Principais pontos em agenda

- Ponto de situação do setor e perspetivas / expectativas;
- Elevadas taxas do «IVA Alimentar»;
- Falta de recursos humanos qualificados;
- Necessidade de combustíveis alternativos para os navios e de adaptação dos navios a esses combustíveis;
- Apoios às empresas;
- Necessidade de revisão (urgente) da definição de PME;
- A inexistência, em Portugal, de um estaleiro com licença para desmantelamento de navios;
- Projetos de energia renovável previstos para a costa portuguesa;
- Contexto / atualidade político(a);
- Eleições legislativas de 10/03/2024;
- Congresso CIP (20 e 21/02/2024) - «Pacto Social. Mais economia para todos»;
- Importância da CIAM (Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar).

11.15.2. Documentos produzidos

- «Síntese das preocupações» elencadas pelos Membros do Conselho para a Economia do Mar – atualização;
- Tomada de posição em sede de consulta pública sobre o processo «Unidade de Reciclagem de Navios da NAVALRIA, S.A.».

11.16. Conselho para a Regulação e Qualificação das Pessoas

O Conselho para a Regulação e Qualificação das Pessoas realizou seis reuniões em 2024.

11.16.1. Principais pontos em agenda

Foram criados e iniciaram atividade:

- Conselho Sombra (Shadow Board), destinado a obter as perceções de uma faixa etária mais jovem sobre as temáticas analisadas neste Conselho. Reuniu duas vezes em 2024;
- Grupo de Trabalho Environmental, Social and Governance nas Pequenas e Médias Empresas (ESG nas PME);
- Grupo de Trabalho Formação Profissional;
- Grupo de Trabalho Concertação Social.

11.16.2. Documentos produzidos

- O Grupo de Trabalho Environmental, Social and Governance nas Pequenas e Médias Empresas (ESG nas PME) produziu o documento «Aspetos Fundamentais para a Transposição da Diretiva (UE) 2024/1760, sobre Dever de

Diligência das Empresas em Matéria de Sustentabilidade», adotado pelo Conselho para a Regulação e Qualificação das Pessoas;
- O Grupo de Trabalho Concertação Social produziu a nota sobre a Comissão Permanente de Concertação Social - Necessidade da sua Evolução, adotada pelo Conselho para a Regulação e Qualificação das Pessoas;
- O Grupo de Trabalho Formação Profissional produziu o documento de análise «Matriz de Competências»;
- O Conselho Sombra produziu o documento «16 Medidas para Reter e Atrair Jovens Qualificados em Portugal».

11.17. Conselho para a Sustentabilidade das Contas Públicas

O Conselho para a Sustentabilidade das Contas Públicas realizou uma reunião em 2024.

11.17.1. Principais pontos em agenda

- Avaliação da execução orçamental até maio e do previsível impacto orçamental das medidas adotadas e anunciadas pelo Governo e pelo Parlamento;
- Perspetivas orçamentais até ao final do ano;
- Debate sobre as medidas constantes do Programa para a Aceleração da Economia e sobre a execução do PRR;
- Recomendações para a atuação da CIP.

11.17.2. Documentos produzidos

Para esta reunião, foi preparado um documento de suporte à análise da execução orçamental de janeiro a maio de 2024

11.18. Conselho para as Relações Internacionais

O Conselho para as Relações Internacionais da CIP manteve o contacto permanente com os seus membros, e a Direção de Relações Internacionais levou a cabo diversas iniciativas no âmbito das Relações Internacionais, com vista a reforçar laços bilaterais e promover a importância da internacionalização da economia portuguesa.

11.19. Conselho para os Assuntos Fiscais e Segurança Social

O Conselho para os Assuntos Fiscais e Segurança Social da CIP manteve-se ativo no acompanhamento das principais questões nestas áreas, garantindo a sua disponibilidade para contribuir sempre que necessário na atividade da Confederação.

11.20. Conselho Regional

O Conselho Regional não reuniu em plenário em 2024 mas realizou diversas atividades incluindo duas reuniões de trabalho restritas para preparação de documentação-base.

11.20.1. Principais pontos em agenda

- Referencial CIP para o Movimento Associativo Empresarial Regional;
- Enquadramento legal específico para o movimento associativo empresarial;
- Preparação do Plano de Atividades 2025.

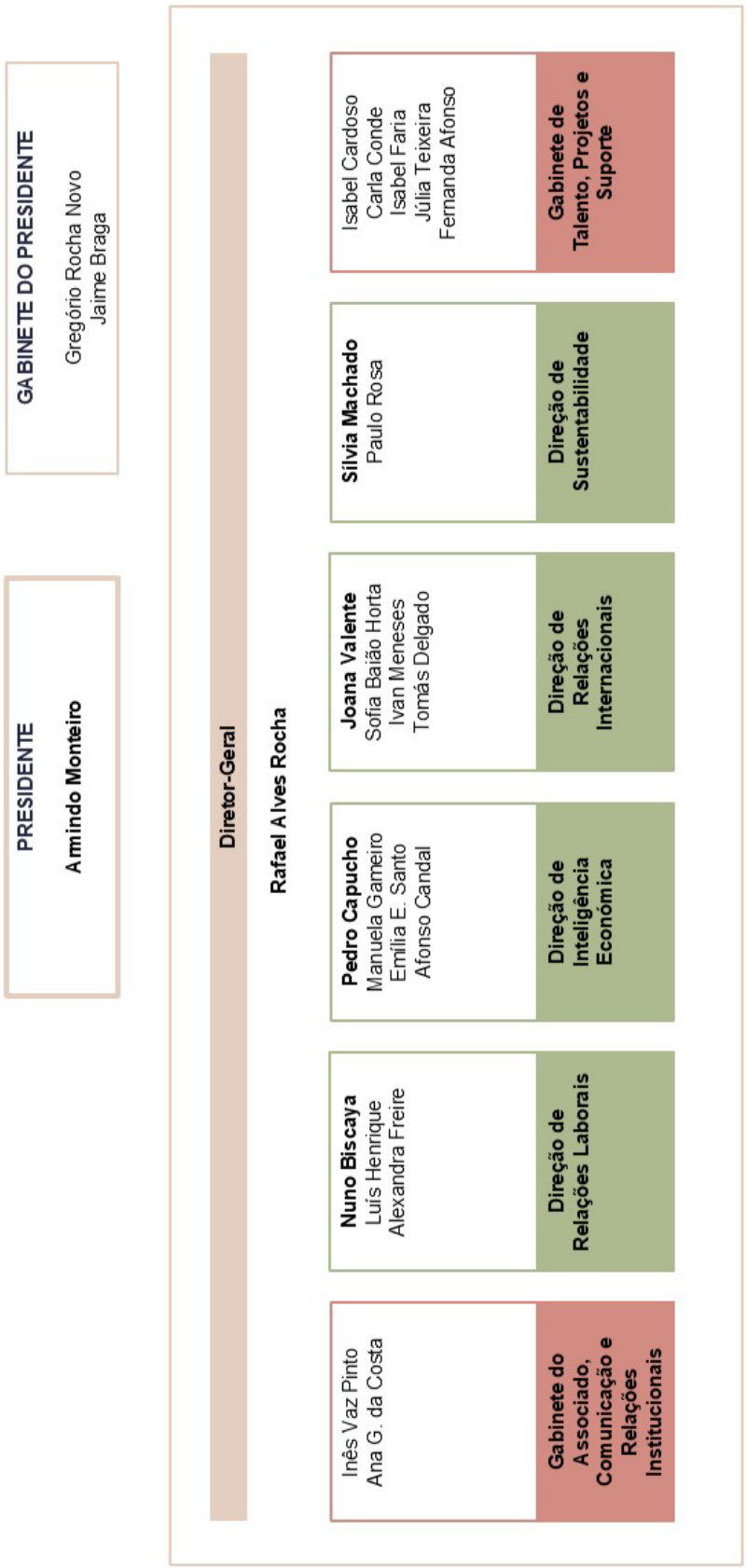
11.20.2. Ações desenvolvidas / Documentos produzidos

- Ponto de situação dos requisitos de aplicação e das candidaturas ao Selo do Referencial CIP para o Movimento Associativo Empresarial Regional;
- Elaboração e análise de questionário de avaliação da utilização do Selo do Referencial CIP pelas associações aderentes;
- Elaboração de proposta de cronograma para preparação de Lei de Bases para o Movimento Associativo Empresarial.

12. Organograma funcional

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

12. Organograma funcional



13. Direção de Inteligência Económica

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

13. Direção de Inteligência Económica

Enquadramento

A Direção de Inteligência Económica (DIE) prosseguiu a sua missão de proporcionar à CIP – Confederação Empresarial de Portugal capacidade técnica para uma intervenção fundamentada no âmbito dos assuntos económicos, bem como para o apoio especializado e produção e partilha de informação estratégica junto dos seus Associados.

A atividade da DIE baseou-se num permanente acompanhamento da evolução da economia, aos níveis nacional, europeu e mundial, bem como da conceção e execução da política económica.

Este acompanhamento permitiu à DIE atuar, por um lado, no apoio à intervenção institucional da CIP e, por outro, na vertente da informação económica.

O apoio à intervenção institucional processou-se através da prestação de informação de natureza económica e da produção de documentos técnicos para suporte, nomeadamente, de propostas, tomadas de posição, pareceres, intervenções, artigos e respostas à Comunicação Social, na sua área de atuação. Nesta vertente, a DIE assegurou ainda a representação da CIP junto de diversas entidades externas.

13.1. Políticas públicas

13.1.1. Política Orçamental

A DIE acompanhou a execução orçamental ao longo do ano de 2024 e contribuiu para a apresentação de propostas para o Orçamento do Estado de 2025, no quadro das negociações que resultaram na assinatura do Acordo Tripartido Sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028, assinado a 1 de outubro.

À luz das suas propostas e das medidas inscritas no Acordo Tripartido Sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028 a DIE analisou e apresentou os seus comentários à Proposta de Orçamento do Estado de 2025, proporcionando uma intervenção coerente e fundamentada da CIP junto da opinião pública e do poder político.

Ainda neste domínio, a DIE representou a CIP nos Grupos de Trabalho do Conselho Económico e Social (CES) que prepararam os pareceres sobre a Conta Geral do Estado 2023 (cujo relator foi o nosso Vice-Presidente Oscar Gaspar) e sobre a Proposta de Orçamento do Estado para 2024, participando nas suas reuniões e contribuindo em cada um deles com orientações e contributos para os respetivos pareceres.

13.1.2. Fundos Europeus

A DIE continuou a acompanhar a execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), por forma a proporcionar as bases para a intervenção da CIP, nomeadamente através de uma participação ativa na Comissão Nacional de Acompanhamento deste Programa e nas respetivas comissões especializadas, em particular na Comissão Especializada de Economia e Empresas, em que a representação da CIP cabe à DIE. Refira-se ainda a participação da DIE, em representação da CIP, nas reuniões, em janeiro e em maio, dos Parceiros Sociais com missões da Comissão Europeia a Portugal, com o objetivo de recolher *feedback* sobre a implementação do PRR.

Destaca-se, neste âmbito, a compilação dos principais problemas detetados na execução do PRR, que resultou da auscultação de Associados envolvidos em projetos.

Nas diversas interações sobre a execução do PRR, para além dos problemas identificados, foi dada particular relevância à baixíssima execução das medidas da responsabilidade do Banco Português de Fomento com vista à capitalização do tecido empresarial.

A DIE acompanhou as diligências da CIP, junto do Ministro da Economia, para resolver os problemas surgidos no encerramento de projetos conjuntos no Portugal 2020.

A DIE continuou a acompanhar a execução do Portugal 2030 e a apoiar a participação dos representantes da CIP nos Comités de Acompanhamento dos respetivos Programas Operacionais, de acordo com as orientações superiormente definidas a este respeito e em coordenação com os outros representantes empresariais indicados pela Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS). Participou, enquanto membro efetivo, na Comissão de Acompanhamento do Programa Lisboa 2030 e na conferência de encerramento do Programa Lisboa 2020.

No âmbito Portugal 2030 foram elaborados pareceres relativos a:

- Alteração ao Regulamento Específico da Área Temática Inovação e Transição Digital;

- Alteração ao Regulamento Específico da área temática Demografia, Qualificações e Inclusão;
- Alteração ao Regulamento Específico das medidas de apoio do Programa Mar 2030.

13.1.3. Financiamento

A DIE acompanhou regularmente a evolução da situação financeira das empresas e do *stock* de crédito bancário concedido às sociedades não financeiras, avaliando as condições de financiamento dos setores produtivos.

Foi dada particular atenção à execução das medidas da responsabilidade do Banco Português de Fomento com vista à capitalização do tecido empresarial. A baixíssima execução destas medidas, nomeadamente no caso dos programas de investimento direto, mereceu o alerta da CIP em diversas intervenções.

13.1.4. Simplificação administrativa

A urgência da simplificação administrativa e da redução dos custos de contexto esteve presente, transversalmente, na intervenção da CIP, nomeadamente nas propostas apresentadas ao Governo, nas negociações do Acordo Tripartido Sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028, na elaboração de pareceres sobre projetos legislativos, no âmbito da avaliação da execução do PRR e do PT 2030, e em tantas outras oportunidades.

A DIE colaborou na preparação das propostas apresentadas pela CIP ao Grupo de Trabalho constituído no âmbito do processo de simplificação do sistema fiscal, em reunião que teve lugar em outubro. Várias destas propostas tiveram reflexo, já em janeiro de 2025, na Agenda para a Simplificação Fiscal.

Também em outubro, foi iniciada a colaboração com a Comissão para a elaboração do Regime Geral de Taxas da Administração Pública, com a partilha do levantamento de tributos realizado no quadro do Estudo sobre a Carga Fiscal em Portugal. Esta colaboração será aprofundada no início de 2025.

13.1.5. Outros apoios à intervenção institucional

Para além da atividade acima descrita no quadro das prioridades definidas no Plano de Atividades para 2024, o apoio da DIE à intervenção institucional da CIP no que respeita às políticas públicas passou ainda por outras atividades.

A DIE apoiou o exercício de sistematização e estruturação das medidas propostas pela CIP ao Governo, no início do seu mandato, com indicação das que foram consideradas prioritárias no curto prazo.

A DIE procedeu, em estreita colaboração com a DRSL, à monitorização da execução do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade, bem como das medidas constantes do Reforço deste Acordo.

Também no âmbito da CPCS, a DIE participou:
- No Grupo de Trabalho para a revisitação do Acordo de Médio Prazo de melhoria dos Rendimentos, Salários e Competitividade;
- No Grupo de Trabalho sobre o Livro Verde sobre a Sustentabilidade do Sistema Previdencial;

- Na reunião de dezembro do Grupo de Trabalho das Profissões de Desgaste Rápido.

A DIE procedeu à recolha e análise de indicadores e informação, nomeadamente relativos à produtividade e remunerações bem como a análises comparativas sobre fiscalidade, proporcionado à CIP fundamentação técnica nas negociações do Acordo Tripartido Sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028, assinado em 1 de outubro. Prestou igualmente apoio na preparação das propostas apresentadas pela CIP nessas negociações.

No âmbito do CES, para além da participação nos Grupos de Trabalho já referidos, a DIE representou a CIP no Grupo de Trabalho para a elaboração do Parecer sobre as Grandes Opções 2024-2028, participando nas respetivas reuniões e contribuindo com orientações e contributos para o referido parecer.

A DIE prestou apoio à participação da CIP em diversas estruturas, nomeadamente:

- Conselho Nacional do Consumo, incluindo a elaboração de comentários sobre projetos legislativos, participação na conferência no dia mundial dos direitos dos consumidores e organização de uma *task force* que preparou a posição da CIP sobre alguns aspetos críticos para as empresas da proposta de Diretiva Alegações Ecológicas que foi enviada ao Diretor-Geral da Direção Geral do Consumidor;
- Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar – PARCA;
- Conselho Superior de Estatística (CSE), incluindo Secções Permanentes e Grupos de Trabalho;
- Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Formação Financeira;
- Comissão Técnica de Acompanhamento (CTA 27), no âmbito do Portugal Sou Eu.

São de referir, ainda, as seguintes atividades:

- Análise e preparação da posição da CIP sobre o Programa «Acelerar a Economia»;
- Reunião com o Conselho de Administração da CMVM, no âmbito da elaboração do seu Plano Estratégico;
- Contributos para o Estudo sobre a Implementação e Impacto do Programa de Valorização do Interior (entrevista);
- Sistematização e síntese das propostas apresentadas à CIP relativas ao setor da Construção;
- Análise dos modelos de apoio ao mecenato cultural adotados em Portugal, Brasil, França e Espanha;
- Preparação de posição sobre medidas tomadas e propostas da CIP na sequência dos incêndios de setembro;
- Colaboração no levantamento de necessidades de mão-de-obra e perfis associados;
- Preparação de intervenção da CIP sobre uma estratégia industrial para Portugal;
- Intervenção no *Workshop* Digital Luso-Alemão «Informação sobre o mercado de Portugal como Nearshoring»;
- Análise e comentários ao Relatório de Megatendências da PlanAPP/REPLA;
- Participação na sessão sobre «Isenção de IVA da declaração de Exportação», a convite da AT, na sequência da apresentação das 15 medidas de simplificação e desburocratização;

- Apoio à participação no júri do prémio Portugal Inspirador | Indústria;
- Participação no III Congresso da Concorrência;
- Representação da CIP na audição promovida pelo Comité Económico e Social Europeu para apoio à elaboração do seu relatório sobre a avaliação ex post da execução do Programa Consumidores (2014-2020);
- Presença nos congressos da Indústria Portuguesa Agroalimentar (organizado pela FIPA), da APIFARMA e das Marcas (organizado pela CENTROMARCA).

13.2. Atuação a nível europeu e internacional

A DIE acompanhou a evolução da situação económica a nível europeu bem como a conceção e execução da política económica, intervindo, sobretudo, através da sua participação nas tomadas de posição, pareceres e propostas no âmbito das atividades da BusinessEurope.

A DIE assegurou a representação da CIP nas Comissões de Economia e Finanças (ECOFIN) e do Mercado Interno (IMCO) e participou ativamente nos Grupos de Trabalho Auxílios de Estado e Marketing de Consumo. Acompanhou os assuntos em agenda, com particular atenção aos que têm especiais implicações na atividade das empresas portuguesas, nomeadamente:

- Na Comissão de Economia e Finanças, foi dada particular atenção às dificuldades na recuperação da produção industrial na Europa, à execução dos Programas de Recuperação e Resiliência, à necessidade de imprimir uma maior ambição na construção da União do Mercado de Capitais e à análise das conclusões do relatório Draghi, com destaque para as diversas vias para mobilizar mais financiamento para o investimento público e privado. A CIP participou, como habitualmente, nos trabalhos de elaboração do European Reform Barometer e dos Economic Outlook da Primavera e do Outono;
- Na Comissão do Mercado Interno, os principais assuntos foram a preparação de um pedido em comum com outras organizações europeias para uma agenda estratégica de longo prazo relativa ao Mercado Único; o relatório Letta; o *competitiveness check*, o relatório Draghi e o Mercado Único. Nos Grupos de Trabalho desta Comissão, destaca-se a preparação de documentos com as prioridades em relação à livre circulação de bens e de serviços, as prioridades no setor dos transportes e legislar melhor, tendo em vista a futura Comissão Europeia e a preparação pelo Grupo de Trabalho Better Regulation, com apoio de Grupos de Trabalho de outros Comités, do documento «Reduzir a carga regulamentar para restabelecer a vantagem competitiva da UE», onde são apresentadas 68 propostas concretas;
- No Grupo de Trabalho Auxílios de Estado, onde foi discutida a política da UE sobre as ajudas de estado, nomeadamente as ajudas de estado em tempos de crise e preparado um documento com a posição da BusinessEurope sobre o enquadramento futuro das ajudas de estado na UE (com consulta aos Associados da CIP);
- No Grupo de Trabalho Marketing do Consumidor foram acompanhados assuntos ligados à litigância, às ações coletivas, às alegações ambientais e preparado um documento com a posição da BusinessEurope sobre as prioridades para a política do consumidor da UE;
- A CIP respondeu ao questionário relativo ao estudo da CE sobre financiamento de litigância por terceiros;

- Na primeira reunião do Grupo de Trabalho Política Regional teve lugar um debate sobre o futuro da Política de Coesão;
- Acompanhamento esporádico no Comité Empreendedorismo e PME onde os principais assuntos debatidos foram o financiamento das PME e a posição a tomar sobre a proposta de Diretiva sobre atrasos de pagamentos, decidindo-se que a prioridade é defender a liberdade contratual. Participação em parte da Assembleia das PME 2024.

Fora do âmbito da BusinessEurope, merecem destaque:

- Reunião com delegação da Comissão Europeia (DG GROWTH), em janeiro;
- Intervenção no *Workshop* sobre Financiamento Sustentável, promovido pela OCDE;
- Reunião com missão técnica do FMI para preparação de relatório sobre Portugal (Artigo IV);
- A análise dos Relatórios Letta e Draghi, tendo produzido diversos documentos para proporcionar à CIP uma intervenção fundamentada sobre os mesmos, incluindo em conferências dedicadas aos referidos relatórios e por ocasião do jantar organizado com Enrico Letta, em novembro;
- A participação no Comité de Política do Consumidor do BIAC sobre a atualização do documento prospetivo sobre política do consumidor.

13.3. Coordenação, gestão do trabalho em rede e atividades internas

A atividade da DIE incluiu, naturalmente, a coordenação do trabalho desenvolvido a nível interno, a recolha de orientações e o reporte à Direção-Geral, o acompanhamento das reuniões da Comissão Executiva, bem como a cooperação com as restantes Direções e Gabinetes da CIP.

Para além do apoio prestado em resposta às solicitações das restantes Direções, é de salientar:

- A análise e preparação da divulgação das edições mensais do Barómetro CIP/ISEG;
- A produção e divulgação de informação económica sob a marca comum «Envolvente Empresarial», em conjunto com a AEP e a AIP, abrangendo uma *newsletter* eletrónica mensal (Síntese de Conjuntura) e uma publicação trimestral, também em formato digital (Análise de Conjuntura);
- A elaboração da síntese semanal de legislação nacional e comunitária, de notas informativas rápidas e infografias anuais de natureza setorial, disponibilizadas aos Associados;
- A produção dos produtos de informação económica divulgados pelo Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais, bem como a elaboração de conteúdos para o Portal da CIP, a *newsletter* «A Voz das Empresas» e a Revista da CIP;
- A prestação de apoio e informações aos Associados, quer proactivamente, quer em resposta às suas solicitações, implicando uma estreita colaboração com o mesmo Gabinete;
- O apoio prestado nas respostas a órgãos da comunicação social.

A DIE esteve envolvida, em conjunto com o Gabinete de Talento, Projetos e Suporte e com a Direção de Relações Sócio-Laborais, na preparação do Código de Ética e Conduta da CIP.

A DIE colaborou, ainda, na preparação das candidaturas da CIP ao abrigo do SIAC Qualificação e SIAC Internacionalização, bem como do Projeto de Capacitação Institucional, no âmbito do PESSOAS 2030 – Programa Demografia, Qualificações e Inclusão.

Esteve também envolvida nos trabalhos que resultaram no lançamento, em novembro, da plataforma colaborativa CIP Data, no quadro do Projeto de Capacitação apresentado no primeiro concurso do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão. Destaca-se, na colaboração neste projeto, o trabalho de seleção de fontes de informação e sistematização das temáticas.

A DIE assegurou ainda o apoio técnico aos seguintes Conselhos Consultivos:

- Conselho das Empresas;
- Conselho do Comércio e Serviços;
- Conselho do Agroalimentar;
- Conselho dos Assuntos Fiscais e Segurança Social;
- Conselho do Ensino Superior, Investigação e Inovação;
- Conselho para a Economia Digital;
- Conselho do Turismo;
- Conselho da Sustentabilidade das Contas Públicas.

13.3.1. Congresso «Pacto Social. Mais economia para todos»

A DIE prestou aconselhamento e apoio técnico na preparação e nas ações subsequentes ao Congresso da CIP «Pacto Social. Mais economia para todos», realizado no Porto nos dias 20 e 21 de fevereiro.

Com o objetivo de reunir contributos para o Congresso «Pacto Social. Mais economia para todos» foram previamente promovidas reuniões, em colaboração com as Associações Regionais, em Braga, Leiria, Évora, Faro, Funchal e Açores (neste caso, *online*), com a participação da DIE, tendo sido recolhidas e reportadas as suas principais conclusões.

O apoio prestado pela DIE concretizou-se ainda em propostas de seleção e sistematização das matérias e posições a debater, bem como na preparação de documentos com vista ao enquadramento de cada painel.

Posteriormente, foi prestado apoio na preparação do balanço e conclusões do Congresso.

13.4. Projetos

13.4.1. Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI)

No último ano de execução, a DIE implementou as atividades do seu domínio de intervenção e responsabilidade, bem como assegurou a mais elevada taxa de execução possível.

14. Direção de Relações Internacionais

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

14. Direção de Relações Internacionais

Enquadramento

O ano de 2024 foi atípico a nível europeu, devido às eleições para o Parlamento Europeu e ao final do primeiro mandato de Ursula von der Leyen. Durante os primeiros meses, registou-se uma aceleração do processo legislativo, visando a conclusão de vários dossiers antes do término do ciclo europeu 2019-2024. Já a segunda metade do ano foi marcada por um interregno legislativo, durante o qual se assistiu à formação do novo Parlamento Europeu, à eleição para a Presidência da Comissão Europeia e à constituição da nova equipa governativa.

Neste contexto, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal desenvolveu diversas iniciativas com o objetivo de mitigar os impactos negativos da legislação europeia em curso, com especial enfoque no dever de diligência, nas matérias-primas críticas e nos atrasos de pagamento. Simultaneamente, participou ativamente nas eleições europeias, preparando e apresentando aos novos eurodeputados as prioridades das empresas portuguesas em matéria europeia. A competitividade europeia foi também uma das preocupações centrais, tendo sido promovido um jantar com Associados que contou com a presença de Enrico Letta.

No panorama internacional, 2024 foi marcado pelo agravamento da instabilidade geopolítica. A guerra na Ucrânia entrou no seu terceiro ano, os conflitos no Médio Oriente persistiram e a eleição de Donald Trump gerou uma disrupção nas relações transatlânticas. Neste cenário, a CIP reforçou a sua atuação na promoção da cooperação internacional e no acompanhamento da negociação de acordos comerciais, mantendo um papel ativo no diálogo transatlântico. Adicionalmente, organizou um conjunto de iniciativas estratégicas para fortalecer a posição de Portugal nas relações com África e América Latina, muitas delas em colaboração com a congénere espanhola CEOE, destacando-se o Fórum Empresarial realizado durante a Visita de Estado do Primeiro-Ministro espanhol, Pedro Sánchez, a Portugal.

14.1. Políticas Públicas

14.1.1. Agenda para o ciclo europeu pós 2024

No que respeita à agenda europeia para o próximo ciclo 2024-2029, a CIP preparou e apresentou a Agenda Empresarial para a UE 2024/29: «Desafios Globais, Soluções Europeias», com vista a estabelecer um diálogo construtivo com as instituições europeias e a garantir a apresentação das prioridades das empresas portuguesas junto dos eurodeputados recém-eleitos. Paralelamente, realizou análises e comentários sobre os relatórios Draghi e Letta, além de organizar reuniões com Associados para discussão de temas europeus de carácter transversal.

14.1.2. Proposta sobre o dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade

Relativamente à proposta sobre o dever de diligência das empresas em matéria de sustentabilidade, a CIP acompanhou todo o processo negocial e a sua conclusão, mantendo um diálogo constante com a Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER). Comunicou regularmente com os seus Associados, esclarecendo o processo e organizando uma reunião específica sobre a Diretiva, com a participação da BusinessEurope. Além disso, elaborou um projeto de posição sobre os cuidados a ter na transposição da Diretiva, que teve por objetivo o envio ao Ministério da Economia.

14.1.3. Regulamento relativo à disponibilização no mercado da União de produtos livres de deflorestação EUDR

Na vertente legislativa, a CIP acompanhou, através da BusinessEurope, a implementação do Regulamento relativo à disponibilização no mercado da União de produtos livres de desflorestação (EUDR), e participou juntamente com os Associados de uma ação de *lobby* com o objetivo de adiar o prazo de implementação do regulamento. No mesmo sentido, acompanhou, também através da BusinessEurope, com a participação dos Associados, os requisitos de implementação do regulamento.

14.1.4. 13.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio Regulamento – Organização Mundial do Comércio

No que se refere à 13.ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, a CIP analisou a comunicação da Comissão Europeia, partilhou informações com os seus Associados e emitiu uma posição sobre o «Net Zero Act» e as matérias-primas críticas, tendo publicado artigos sobre o tema na Revista «Indústria».
Ainda nesse contexto, enviou cartas ao Primeiro-Ministro António Costa, com vista ao Conselho Europeu extraordinário de fevereiro, e ao Ministro do Ambiente e Ação Climática, antecipando o Conselho do Ambiente de março.

14.1.5. Proposta de Regulamento relativo à proibição de produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado

No que se refere à proposta de Regulamento relativo à proibição de produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado, a CIP esteve ativamente envolvida no acompanhamento do processo negocial do trílogo, mantendo um contacto contínuo com a REPER para transmitir as preocupações das empresas portuguesas.

14.1.6. Proposta de Diretiva sobre atrasos de pagamento

A CIP também acompanhou a proposta de Diretiva sobre atrasos de pagamento e outros referentes a PME, analisando documentos das instituições europeias e recolhendo informações sobre o estado das negociações, para manter os Associados informados. Reuniu-se com a BusinessEurope e com a Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) para abordar o tema.

14.1.7. Estratégia Industrial de Defesa Europeia

A Estratégia Industrial de Defesa Europeia foi outro ponto de destaque, tendo a CIP analisado a comunicação da Comissão Europeia e partilhado informação com os seus Associados, para além de elaborar um documento de posicionamento. A Direção de Relações Internacionais apoiou ainda a preparação de um evento específico da CIP sobre defesa.

14.1.8. Outros temas

No âmbito das suas atividades regulares, a CIP monitorizou temas como a Estratégia Europeia para a Segurança Económica, a Reforma da União Aduaneira, a negociação de Acordos de Comércio e Investimento, os Instrumentos de Política Comercial, as sanções, o Inflation Reduction Act (IRA) e a Política Regional.

14.2. Atuação a nível europeu e internacional

14.2.1. BusinessEurope

A DRI preparou a participação da CIP nos fóruns políticos da BusinessEurope, nomeadamente os Conselhos de Presidentes (este ano, em Budapeste e Varsóvia) e Comité Executivo (duas reuniões anuais), e assegurou a participação nas reuniões quinzenais dos responsáveis pelas delegações das confederações nacionais em Bruxelas (Delegados Permanentes). Além disso, acompanhou os trabalhos dos Comités de Relações Internacionais, Assuntos Jurídicos e Pequenas e Médias Empresas, bem como dos respetivos Grupos de Trabalho, e viu a sua Diretora Executiva ser nomeada Chair do Grupo de Política Regional da BusinessEurope. Destacam-se as seguintes reuniões de alto nível:

- Reunião com o Embaixador Americano para a União Europeia, Mark Gitenstein, no âmbito do Comité Executivo da BusinessEurope, onde se debateu o futuro das relações transatlânticas;
- Reunião de trabalho com Eurodeputados, sobre a necessidade urgente de redução dos elevados encargos legislativos;
- Lançamento do Grupo do Mediterrâneo, ao nível de Presidentes e Diretores-Gerais, para coordenação de ações Europeias em temas de interesse partilhado. Para além de Portugal, fazem parte as confederações de Espanha, França, Itália, Grécia, Malta, Chipre e Croácia;
- Lançamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Política Regional da BusinessEurope, que tem a missão de definir o posicionamento comum da comunidade empresarial europeia sobre o próximo ciclo de política regional pós-2027, cuja proposta da Comissão Europeia deverá ser apresentada no segundo trimestre de 2025. Esta reunião contou com o chefe de gabinete da Comissária Elisa Ferreira como orador principal;

- Participação no evento «9th Cohesion Forum», em Bruxelas, onde foram apresentados os resultados da implementação da política regional e as linhas principais para o futuro desta política.

14.2.2. BIAC (Business@OECD)

No âmbito do Business@OECD (BIAC), a DRI participou ativamente, nomeadamente na definição das prioridades para 2025 e nos trabalhos do grupo «Trade & Investment» do B20, o fórum oficial de diálogo do G20 com a comunidade empresarial mundial, contribuindo para a elaboração de orientações em matéria de comércio e investimento global, para apresentar à Presidência do G20.

14.3. Coordenação, gestão do trabalho em rede e atividades internas

A atividade da DRI incluiu a coordenação do trabalho desenvolvido a nível interno, a recolha de orientações e o reporte à Direção-Geral bem como a cooperação com as restantes Direções e Gabinetes da CIP.

Iniciativas de Alto Nível:

- Lançamento do ciclo de debates «As Vozes da Europa», que tem o objetivo de aprofundar as reflexões sobre o futuro da União Europeia. A primeira sessão, em formato *online*, teve como convidado Pedro Lourtie, Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia. A segunda sessão, presencial, decorreu na sede da CIP em Lisboa e contou com a presença de Elisa Ferreira, Comissária Europeia para a Coesão Regional e Reformas (2019-2024);
- Co-organização do Fórum Empresarial Luso-Espanhol, juntamente com a congénere espanhola CEOE, com participação de empresas portuguesas e espanholas, encerramento dos Primeiros-Ministros Pedro Sánchez e Luís Montenegro e abertura dos Ministros da Economia dos dois países, no Algarve. O evento, realizado no âmbito da XXXV Cimeira Luso-Espanhola, reuniu os CEO das principais empresas de Portugal e Espanha e teve como objetivo fomentar as relações económicas entre os dois países e promover o desenvolvimento da Península Ibérica;
- Reuniões com vários Eurodeputados Portugueses, em Bruxelas. As reuniões serviram para a CIP apresentar as suas principais mensagens com vista ao início do novo ciclo político e abordar temas como os elevados encargos legislativos, necessidade de alavancar o investimento, o mercado de capitais e a política industrial europeia. Os Eurodeputados foram Ana Catarina Mendes, Bruno Gonçalves, Francisco Assis, João Cotrim de Figueiredo, Lídia Pereira, Marta Temido, Sebastião Bugalho e Sérgio Gonçalves;
- Reunião com o Presidente do grupo dos empregadores do Comité Económico e Social Europeu, Stefano Mallia, em Bruxelas, para debater soluções para a perda de competitividade europeia;
- Jantar de empresários com Enrico Letta, ex-primeiro ministro italiano e Presidente do Instituto Delors, no Porto. Este encontro serviu de palco a uma discussão aprofundada sobre as medidas necessárias para o fortalecimento do mercado único europeu e a competitividade das empresas europeias;
- Reunião à porta fechada com Chair do Grupo de Trabalho de África, da BusinessEurope, Presidente do IPDAL e Associados, em Lisboa. Entre os

principais temas debatidos estiveram os desafios relacionados com a obtenção de garantias soberanas e o financiamento de bancos multilaterais de desenvolvimento, em particular nos setores dos transportes e da energia;

- Reunião com Presidente e Secretário-Geral da CEOE, congénere espanhola, em Lisboa, para debater as relações Ibero-americanas e reforçar a cooperação neste âmbito. Os interesses comuns das duas confederações na União Europeia, bem como a situação económica e empresarial dos dois países, estiveram também em debate;
- Reunião com Vice-Presidente do MEDEF, congénere francesa, incluindo visita a empresa, em Lisboa. Estiveram em debate temas de particular relevância para as duas confederações empresariais, nomeadamente o uso dos fundos europeus, as interligações energéticas entre a Península Ibérica e França, e as relações com o continente africano. Foi também partilhado o interesse pelo Mediterrâneo e o empenho em contribuir para o trabalho das associações patronais destes países, bem como a necessidade de encontrar uma forma de avançar com os acordos comerciais, nomeadamente o Mercosul;
- 1.º Fórum Empresarial Ibero-África, nas Canárias (IBAFCAN), promovido juntamente com CEOE. O Fórum reuniu representantes de Portugal, Espanha, África e instituições empresariais da Colômbia e do Brasil. Entre os temas em destaque estiveram as oportunidades de investimento, a transição verde e a conectividade económica, com o objetivo de reforçar as parcerias estratégicas entre estas regiões.

Ações Institucionais:

- Reuniões bilaterais com Embaixadores da Costa Marfim, Dinamarca, Irão, Kosovo, Peru, República Dominicana e Turquia;
- Reunião bilateral com a Embaixada do Japão, para aprofundar a colaboração entre empresas de Portugal e Japão em diversas áreas, nomeadamente energia (solar, eólica e hidrogénio verde), defesa e matérias-primas;
- Reunião com a Secretária Adjunta para os Transportes do Governo dos Estados Unidos para analisar cooperação marítima e aeronáutica;
- Reunião bilateral com delegação empresarial marroquina e o Embaixador de Marrocos em Portugal, com vista a reforçar laços entre os dois países;
- Reunião com o Comissário do Comércio Britânico sobre como fortalecer a agenda de crescimento económico e a relação comercial e de investimento entre Portugal e o Reino Unido;
- Reunião com Delegação de Pernambuco. O encontro teve como objetivo estreitar relações entre Portugal e o Brasil, nesta ocasião destacando o Estado do Pernambuco, promovendo o diálogo sobre o ambiente de negócios e oportunidades de investimento. Setores como o agroalimentar, energias renováveis, metalomecânico, farmacêutico, automóvel e químico estiveram em destaque;
- Carta de apoio à candidatura de António Costa à Presidência do Conselho Europeu e carta de felicitação, demonstrando a satisfação de um Português, convicto Europeísta, com vasta experiência e capacidade de alcançar difíceis consensos;
- Carta ao Embaixador Pedro Costa Pereira após a nomeação como novo Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia, apresentando as prioridades da CIP sobre diferentes temáticas europeias;

- Carta aos Eurodeputados portugueses sobre a importância dos Acordos UE-Chile e UE-Quénia e necessidade de avançar com estes dois acordos;
- Reunião com Câmara de Comércio e Indústria Luso-Mexicana, com vista a identificar possíveis parcerias entre as duas instituições e facilitar a sinergia entre empresas portuguesas e mexicanas;

A DRI assegurou a intervenção da CIP nas seguintes iniciativas:

- Almoço-debate organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, em Lisboa;
- 1.ª edição do Foro La Toja – Vínculo Atlântico em Sevilha;
- III Encontro do Triângulo Estratégico: América Latina e Caraíbas, Europa e África, organizado pelo IPDAL;
- Almoço com Embaixadores Europeus organizado pela Embaixadora do Luxemburgo;
- Sessão comemorativa do 20.º aniversário da Confederação Empresarial da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP);
- Almoço-debate organizado pela Câmara Hispano-Portuguesa, em Madrid;
- XV Encontro Empresarial Ibero Americano, em Cuenca, Equador;
- Encontro Empresarial Ibero-Americano, organizado pelo Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina e Caraíbas (IPDAL);
- Eventos do grupo das multilaterais, incluindo EBRD PT Business Forum 2024.

No âmbito da comunicação, a DRI, para além de contribuir com artigos para a Revista «Indústria» e *website*/redes sociais da CIP, desenvolve as seguintes *newsletters*:

- *Newsletter* semanal EUROP@CIP;
- *Newsletter* regular CIP@EU, com vista aos contactos portugueses em Bruxelas.

A DRI colaborou na preparação das candidaturas da CIP ao abrigo do SIAC Qualificação e SIAC Internacionalização, bem como do Projeto de Capacitação Institucional, no âmbito do PESSOAS 2030 – Programa Demografia, Qualificações e Inclusão.

Da mesma forma, colaborou no lançamento da Plataforma Colaborativa CIP Data, através do trabalho na conceção, seleção de fontes de informação e na sistematização das temáticas.

14.4. Projetos

14.4.1. Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI)

A DRI implementou as atividades do seu domínio de intervenção e responsabilidade, bem como assegurou a mais elevada taxa de execução possível.

15. Direção de Relações Sócio-Laborais

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

15. Direção de Relações Sócio-Laborais

Enquadramento

Em 2024, o apoio técnico-jurídico direto e permanente à Direção da CIP constituiu um dos principais pilares da atuação da Direção de Relações Sócio-Laborais (DRSL), traduzindo-se, em geral, na elaboração de pareceres jurídicos, intervenções e na preparação e assistência em várias reuniões com diversas entidades e instituições.

O apoio da DRSL à Direção manifestou-se, igualmente, na elaboração de documentos e artigos, entre os quais se destacam a abordagem de várias matérias como os impactos das alterações ao Código do Trabalho e legislação conexa, aprovadas pela Lei n.º 13/2023, de 3 de abril, no âmbito da «Agenda do Trabalho Digno».

No âmbito do apoio à Direção da CIP, cumpre, ainda, sublinhar a elaboração dos cronogramas, a realização dos procedimentos e o apoio jurídico necessário à concretização das Assembleias Gerais realizadas em 2024.

Por outro lado, a DRSL participou, interveio e deu apoio direto à Direção, em sede de Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) e no âmbito do Conselho Económico e Social (CES), atividades que serão abordadas mais adiante.

Assume, também, particular destaque o apoio ao desenvolvimento e operacionalização do Conselho para a Regulação e a Qualificação das Pessoas que visa, em geral, densificar o pensamento estratégico da CIP em vertentes decisivas para a competitividade das empresas em Portugal.

No ano de 2024, a DRSL priorizou a relação próxima e reforçada com os Associados da CIP e continuou a proceder à identificação dos impactos no terreno da aplicação da já citada «Agenda do Trabalho Digno», tendo promovido múltiplos contatos individuais.

Foram também desenvolvidas ações no sentido de promover em sede própria a reforma urgente da dita Agenda.

A DRSL continuou a dar resposta às consultas jurídicas que lhe foram endereçadas pelas Associações e Empresas.

15.1. Políticas Públicas

15.1.1. Concertação Social

O apoio técnico-jurídico à intervenção da Direção da CIP na Concertação Social traduz e constitui uma das principais atividades da DRSL.

Em 2024, no âmbito da CPCS, destaca-se o acompanhamento da implementação das medidas previstas:

- No «Acordo Tripartido Sobre Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028»;
- No «Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade», subscrito a 9 de outubro de 2022;
- No Acordo «Formação Profissional e Qualificação: Um Desígnio Estratégico para as Pessoas, para as Empresas e para o País», assinado a 28 de julho de 2021.

A DRSL participou também nos trabalhos dos vários Grupos de Trabalho (GT) no âmbito da CPCS, a saber:

- GT Monitorização dos Acordos Tripartidos;
- GT Acordo de Formação Profissional e Qualificação;
- GT Acordo de Médio prazo para melhoria dos rendimentos, salários e competitividade;
- GT Sustentabilidade da Segurança Social;
- GT Saúde e Segurança no Trabalho;
- GT Profissões de Desgaste Rápido.

15.1.2. Conselho Económico e Social (CES) e Comissão Especializada de Política Económica e Social (CEPES)

O início de um novo período de legislatura da Assembleia da República, em 2024, implicou um novo mandato dos membros do CES, tendo a DRSL instruído o processo de candidatura a um dos quatro lugares destinados aos representantes das organizações empresariais no Plenário deste Conselho, e não inerentes às Confederações de Empregadores com assento na CPCS.

A DRSL assegurou, igualmente, o apoio técnico aos representantes da CIP no Conselho Económico e Social (CES), na Comissão Especializada de Política Económica e Social (CEPES) e na Comissão Especializada Interdisciplinar para a Natalidade (CEPIN).

Em colaboração com a Direção de Inteligência Económica (DIE), a DRSL formulou contributos relativos aos Pareceres do CES sobre o Orçamento do Estado 2025 e as Grandes Opções 2024-2028.

15.1.3. Código do Trabalho e respetiva Regulamentação

O ano de 2024, fruto do novo enquadramento normativo introduzido pela já citada Lei n.º 13/2023, que procedeu à alteração do Código do Trabalho (CT) e legislação conexa, no âmbito da «Agenda do Trabalho Digno», manteve-se exigente no domínio em apreço, continuando a DRSL a proceder à identificação dos impactos no terreno da sua aplicação.

Acrescem as ações desenvolvidas para promover a reforma urgente da já citada Agenda na sua sede natural, a CPCS.

É necessário inverter o quadro normativo criado, com vista à sua flexibilização, conferindo-lhe maleabilidade suficiente que permita ao tecido produtivo responder, com eficácia, às exigências de competitividade que envolvem o mundo empresarial e laboral no contexto da concorrência global que empresas e trabalhadores quotidianamente enfrentam.

Entre os vários aspetos que necessitam de reformulação urgente, estão a proibição do recurso ao outsourcing depois de um despedimento coletivo ou extinção do posto de trabalho, durante 12 meses, o fim da possibilidade de os trabalhadores abdicarem de eventuais créditos, a previsão do direito a instalações no interior da empresa, para organizações sindicais, mesmo que aí não tenham qualquer filiado, o artigo 12.º-A do Código do Trabalho (CT), que tem por objeto a presunção de laboralidade no âmbito de plataforma digital e as previsões legais relativas à arbitragem necessária.

15.1.4. Contratação Coletiva

A CIP sempre defendeu e vincou a importância da contratação coletiva enquanto real estabilizador das relações laborais e, assim, potenciador da atividade empresarial.

No domínio da Contratação Coletiva, a DRSL continuou a sinalizar, nos vários fóruns onde interveio, algumas soluções e impactos muitos negativos que emergem da «Agenda do Trabalho Digno», nomeadamente a possibilidade que foi conferida à parte destinatária da denúncia de convenção coletiva de poder requerer arbitragem para apreciação dos fundamentos dessa mesma denúncia, ou a utilização da arbitragem necessária como mecanismo impeditivo da caducidade.

É igualmente de ressaltar a Nota Crítica da CIP ao «Projeto de Lei 283/XVI/1 - Regulamenta a arbitragem para a apreciação dos fundamentos da denúncia de convenção coletiva e a arbitragem para a suspensão do período de sobrevigência, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro».
A DRSL participou na comissão técnica para a elaboração de estudos preparatórios de portaria de condições de trabalho para trabalhadores administrativos (PCT), tendo elaborado a oposição da CIP ao aviso de projeto de portaria de condições de trabalho para trabalhadores administrativos, publicado na Separata do Boletim do Trabalho e do Emprego (BTE), n.º 7, de 08 de março de 2024.

A DRSL continuou a atualizar e identificar, no portal da CIP, os principais Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) da sua estrutura associada publicados no BTE e procedeu, também, à análise global da negociação coletiva, mediante, nomeadamente, a apreciação de relatórios da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho sobre a Contratação Coletiva.

É, ainda, de destacar, que a DRSL representou a CIP no Centro de Relações Laborais (CRL), o qual tem por missão apoiar a negociação coletiva e acompanhar a evolução do emprego e da formação profissional. No âmbito deste Centro, a DRSL formulou pareceres sobre os Relatórios relativos à Contratação Coletiva e ao Emprego e Formação Profissional.

15.1.5. Emprego

A DRSL acompanhou, com particular atenção, a política de emprego, sobretudo tendo em conta a manifesta escassez de recursos humanos recrutáveis que tem sido reportada por todos os setores representados pela CIP.

No âmbito das Medidas Ativas de Emprego, a DRSL elaborou notas críticas sobre os seguintes projetos legislativos:

- Projeto de Portaria que cria e regula a medida ESTÁGIOS INICIAR;
- Projeto de Portaria que cria e regula o programa «+ Talento»;
- Projeto de Portaria que cria e regula a medida «+Emprego»;
- Projeto de Portaria que cria e regula o «Programa INTEGRAR»;
- Projeto de Portaria que cria e regula o funcionamento da Rede de Adidos do Trabalho em Países Terceiros;
- Projeto de Portaria que regula a criação e o funcionamento dos Gabinetes de Inserção Profissional;
- Projeto de Portaria que procede à sexta alteração da Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção+»;
- Projeto de alteração da Portaria Compromisso Emprego Sustentável;
- Projeto de Portaria que procede à primeira alteração do Programa Emprego + Digital 2025.

15.1.6. Formação Profissional e Educação

Como se sabe e reconhece, a CIP sempre defendeu – e defende – que a Formação Profissional e a Educação constituem relevantes instrumentos de resposta às necessidades presentes e futuras do mercado de trabalho, bem como de apoio à transição/requalificação dos trabalhadores, dotando-os, assim, de competências mais atualizadas e adequadas às necessidades do tecido produtivo.

Em 2024, a DRSL insistiu na necessidade urgente de implementar o já referido Acordo «Formação Profissional e Qualificação: Um Desígnio Estratégico para as Pessoas, para as Empresas e para o País», entre o Governo e os Parceiros Sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, à exceção da CGTP-IN, de 2021.

É também de ressaltar a elaboração de contributos sobre vários temas, entre as quais se destacam:

- Projeto de Portaria Programa «Qualifica On»;
- A Proposta de Recomendação do Conselho relativa a um Quadro de Qualidade para os Estágios reforçado.

Ainda no que diz respeito à Formação Profissional e Educação, a DRSL continuou a acompanhar o Sistema Nacional de Qualificações.

A DRSL acompanhou, também, reuniões e algumas iniciativas no contexto da ReferNet (Rede Europeia especializada em Ensino e Formação Profissional), nomeadamente, enviando os seus contributos sobre a temática relativa à Educação e à Formação Profissional.

A DRSL assegurou, ainda, a representação da CIP no Conselho Nacional de Educação (CNE), intervindo na discussão de diversos pareceres e recomendações deste órgão, entre as quais se destacam as recomendações sobre a participação dos jovens no ensino superior, o acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva, bem como a perspetiva relativa ao futuro do ensino profissional.

15.1.7. Segurança e Saúde no Trabalho

A DRSL representou a CIP no Conselho Consultivo para a Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).
A DRSL assegurou a representação da CIP na sessão subordinada ao tema «Impactos das mudanças climáticas na Segurança e Saúde no Trabalho» organizada pela ACT, em colaboração com o Escritório da OIT – Lisboa, para assinalar o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho (DNPST).

Elaborou, com acentuado envolvimento da estrutura, o Contributo da CIP sobre o Livro Verde do Futuro da Segurança e Saúde no Trabalho e a Nota Crítica sobre o Projeto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2022/431 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2022, que altera a Diretiva 2004/37/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de abril de 2004 relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.

15.1.8. Segurança Social

Os desenvolvimentos relevantes no domínio da Segurança Social foram objeto de acompanhamento por parte da DRSL.

Ressalta-se, pelo seu relevo, que a DRSL, quer ao nível do Conselho de Apoio para os Assuntos de Proteção contra os Riscos Profissionais do Instituto da Segurança Social, quer ao nível ministerial, desenvolveu diligências no sentido de promover, com urgência, o desenvolvimento de processos de certificação de doenças profissionais mais rápidos e a realização de ações de fiscalização de situações de doença profissional.

15.1.9. Fundo de Garantia Salarial (FGS), Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT)

Em 2024, a DRSL insistiu na necessidade de agilizar a mobilização dos montantes das contas globais dos empregadores junto do FCT, que foi adiada ao longo do tempo, arrastada no âmbito do longo processo legislativo que conduziu à aprovação da Agenda do Trabalho Digno.

Ainda no âmbito dos Fundos, a DRSL continuou a assegurar a representação da CIP nos Conselhos de Gestão do FGS, do FCT e do FGCT.

A DRSL, em colaboração com o Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais da CIP, organizou uma Sessão de Esclarecimento à estrutura sobre os Fundos de Compensação do Trabalho, em conjunto com o Instituto de Gestão do Fundo Capitalização da Segurança Social (IGFCSS).

15.1.10. Igualdade de género

A DRSL interveio, representando a CIP, na Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

A DRSL elaborou, com a colaboração da estrutura, contributo sobre a Avaliação de Aplicação da Lei n.º 60/2018, de 20 de agosto, que aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor.

A DRSL assegurou, ainda, a participação nos seguintes eventos organizados pela CITE:

- Conferência «As Mulheres e o Trabalho - 50 Anos de Liberdade e de Luta pela Igualdade»;
- Dia Nacional da Igualdade Salarial 2024 e 45.ª aniversário da CITE.

15.1.11. Imigração

Dada a carência de mão-de-obra cada vez mais acentuada, especializada ou não, a DRSL, tal como em anos anteriores, continuou a atuar no sentido de agilizar, do ponto de vista do quadro normativo, a obtenção de vistos para imigrantes por forma a ultrapassar as carências identificadas, no âmbito da sua participação na CPCS e junto dos decisores políticos que tutelam esta matéria.

A DRSL assegurou a participação na Conferência organizada pela Organização Internacional para as Migrações no painel «plano de ação para uma migração laboral» e elaborou o Contributo da CIP sobre o «Protocolo de Cooperação para a Migração Laboral Legal».

15.1.12. Justiça

Há muito que a CIP aponta os graves problemas decorrentes do funcionamento do sistema judicial com que as empresas se deparam, mormente os que concernem à morosidade, aos custos, à tramitação e aos resultados das execuções, ao funcionamento dos tribunais de comércio, ao acesso à justiça ou aos critérios de distribuição processual.

Assim, a DRSL acompanhou o desenvolvimento político e legislativo e a implementação de alterações nestas matérias, designadamente da organização e funcionamento dos tribunais, em particular dos tribunais de comércio, dos registos, da desburocratização, da ação executiva, bem como do acesso à justiça.

A DRSL assegurou, também, a representação da CIP na Comissão de Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça, no Conselho Consultivo do Sistema de Mediação Laboral e no Conselho Consultivo do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC).

É ainda de destacar e elaboração do Contributo da CIP sobre a «Agenda de Prevenção e Combate à Corrupção».

A DRSL manteve a sua participação ativa em diversas atividades e eventos, representando institucionalmente a CIP em conselhos gerais, grupos de trabalho, seminários, conferências, reuniões com ministérios, departamentos da Administração Pública, delegações de peritos e outras entidades.

15.1.13. Conselho Nacional do Consumo

A DRSL continuou a assegurar, em conjunto com o DIE, a representação da CIP no Conselho Nacional do Consumo (CNC).

15.2. Atuação a nível europeu e internacional

A DRSL continuou a dar resposta às solicitações provenientes de diversas entidades, que se enquadram na sua esfera de intervenção, e a desenvolver consultas prévias à

estrutura associativa no sentido de apurar dificuldades e obter contributos e respostas a serem transmitidas às Autoridades Públicas Nacionais, às Instâncias da União Europeia e à BusinessEurope.

Acresce, ainda, no âmbito do denominado Semestre Europeu, que a DRSL, isoladamente ou em conjunto com o DIE, respondeu aos diversos pedidos formulados sobre o envolvimento da CIP no Semestre Europeu e participou em vários eventos sobre a esta temática.

Destacam-se, igualmente, as reuniões com a DG Employment da Comissão Europeia.

15.2.1. Ao nível da União Europeia (UE)

15.2.1.1. Diálogo Social

No domínio do Diálogo Social, o ano de 2024 foi marcado pelas negociações dos Parceiros Sociais Europeus relativas a um Acordo sobre o Teletrabalho e a Desconexão, a ser implementado através de uma Diretiva, tendo a CIP feito parte da equipa de negociação da BusinessEurope.

As negociações revelaram-se particularmente difíceis quer na relação com a Confederação Europeia de Sindicatos (CES), quer dentro da equipa negociadora dos empregadores, não tendo sido alcançado qualquer acordo.

Por outro lado, esta Direção elaborou contributos e participou em importantes negociações, como as relativas ao Pacto para o Diálogo Social Europeu e à Declaração Tripartida de Val Duchesse que visa promover o Diálogo Social Europeu.

No plano nacional, a DRSL acompanhou a implementação do Acordo-Quadro dos Parceiros Sociais Europeus sobre a Digitalização e elaborou o terceiro relatório de implementação ao nível nacional.

O referido Acordo visa, entre outros aspetos, sensibilizar as partes para a matéria e propõe um processo circular para orientar os empregadores e os trabalhadores na adoção das medidas que se revelem necessárias.

15.2.1.2. Atividade Legislativa

Ao nível europeu, a DRSL acompanhou o desenvolvimento e assegurou a participação da CIP nas discussões sobre algumas questões de grande relevo, entre as quais se destaca as discussões em torno da implementação da Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a Salários Mínimos Adequados na União Europeia, o direito à desconexão ou os conselhos de empresa europeus.

Destaca-se, ainda, a participação nos trabalhos em torno do «EU action plan on labour and skills shortages».

A nível de assuntos europeus que passaram pela CPCS, a DRSL, em colaboração com o DIE e a Direção de Cooperação Internacional (DCI), remeteu contributos relativos às Prioridades Nacionais a incluir no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para o ano de 2024.

Por fim, a DRSL acompanhou, ainda, as atividades da Autoridade Europeia do Trabalho, instituída pelo Regulamento (UE) 2019/1149 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019.

15.2.1.3. Participação em instâncias da União Europeia

A DRSL representou e assegurou a representação institucional da CIP num conjunto alargado de instâncias comunitárias, entre as quais se destacam as seguintes: Comité do Diálogo Social; Comité Consultivo para a Segurança e Saúde no Local de Trabalho; Comité do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida; e o Comité Consultivo para a Formação Profissional.

15.2.1.4. Ao nível da BusinessEurope

Ao nível da BusinessEurope, a DRSL participou na elaboração das tomadas de posição da BusinessEurope, mantendo a representação institucional na Comissão dos Assuntos Sociais (SAC) e nos respetivos Grupos de Trabalho.

Importa, ainda, ressaltar que a DRSL integrou o Grupo de Trabalho Ad Hoc da BusinessEurope sobre o Destacamento de Trabalhadores, o qual visa, entre outros objetivos, avaliar, debater e identificar problemas relacionados com a transposição e implementação da Diretiva.

É, ainda de ressaltar, a intervenção na alteração dos Estatutos da BusinessEurope e na reformulação da forma de funcionamento da SAC.

15.2.2. No plano Internacional

15.2.2.1 Organização Internacional do Trabalho

A DRSL, em representação da CIP, liderou a delegação empregadora portuguesa à 112.ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que decorreu em Genebra entre 3 e 14 de junho de 2024, intervindo como Delegado Empregador no Plenário da Organização.

Nesta mesma sessão, a DRSL interveio nos trabalhos da Comissão de Aplicação de Normas, no debate sobre o caso da Espanha, relativo à aplicação da Convenção n.º 144 sobre Consultas Tripartidas, 1976, e acompanhou os trabalhos da Comissão relativa à discussão recorrente sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho, participando no grupo de redação dessa Comissão.

A DRSL assegurou, igualmente, a intervenção da CIP noutros eventos da OIT, nomeadamente na sessão comemorativa «25 de abril OIT», elaborou pareceres e respostas aos diversos questionários e relatórios da Organização, de entre os quais se destaca o Relatório V (1) «Realizar o trabalho digno na economia das plataformas», e pronunciou-se sobre os documentos de submissão às autoridades nacionais competentes de diversas recomendações e protocolos.

15.2.2.2. Organização Internacional de Empregadores

A DRSL colaborou, em representação da CIP, nos trabalhos da Organização Internacional de Empregadores (OIE) sobre temas sócio-laborais, bem como em diversas tomadas de posição, em particular as que foram apresentadas no âmbito da referida 112.ª Sessão da CIT de 2024.

Assumiu particular relevância a coordenação, com a OIE, no que diz respeito à questão da proteção do direito à greve no âmbito da Convenção n.º 87 (1948), sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical.

A DRSL assegurou, também, a representação da CIP na reunião dos membros da OIE da Região da Europa e da Ásia Central, que decorreu entre 19 e 20 setembro de 2024, em Haia, nos Países Baixos.

Na sequência da adesão da CIP ao «Business and Industry Advisory Committee» (BIAC) da OCDE, a DRSL acompanhou os trabalhos nas áreas do Employment, Labour and Social Affairs e Private Pensions.

15.3. Coordenação, gestão do trabalho em rede e atividades internas

A DRSL elaborou artigos e respostas a solicitações de revistas, jornais e outros meios de comunicação social, em matérias da sua competência ou com estas conexas, transmitido à área de comunicação da CIP iniciativas, informações ou tomadas de posição relevantes, com vista a serem colocadas no Portal da CIP ou a serem divulgadas pelos meios de comunicação identificados para o efeito, de entre as quais se destaca a temática do teletrabalho e do Fundo de Compensação do Trabalho.

A DRSL elaborou, também, contributos para a Revista «Indústria» e para a *newsletter* institucional.

Como habitualmente, a DRSL contribuiu, nalguns casos em articulação com outras áreas da CIP, para a formalização e cessação de contratos e protocolos.

15.4. Projetos

15.4.1. Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI)

No último ano de execução, a DRSL implementou as atividades do seu domínio de intervenção e responsabilidade, bem como assegurou a mais elevada taxa de execução possível.

16. Direção de Sustentabilidade

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

16. Direção de Sustentabilidade

Enquadramento

No âmbito da sua missão, a Direção de Sustentabilidade (DS) contribuiu para a intervenção da CIP – Confederação Empresarial de Portugal nas áreas do ambiente, energia e sustentabilidade, tendo colaborado igualmente nas áreas dos assuntos económicos e relações internacionais, diretamente ou pelo apoio que prestou à Direção da CIP, a outras Direções dentro da estrutura ou aos Órgãos Sociais.

Esse apoio traduziu-se sobretudo na elaboração de pareceres sobre a intervenção da CIP em processos legislativos, em processos de melhoria das condições de implementação da legislação ambiental e procedimentos de licenciamento. Isso significou a assistência em reuniões com o Governo e a representação da CIP em reuniões com entidades da Administração Pública e outras.

O trabalho da DS manifestou-se, em grande parte, na participação da CIP em várias consultas públicas e consultas de interessados, entre as quais se destacam o projeto de revisão do PNEC - Plano Nacional de Energia e Clima, as propostas de aditamento das licenças do SIGRE – Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens, a proposta de metodologia de cálculo e valores de contrapartida 2025 e o anteprojeto de transposição da CSRD – Diretiva relativa ao Reporte de Sustentabilidade Corporativa.

Destaque para a ação da DS ao nível da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, onde participou na elaboração de pareceres sobre variados assuntos no âmbito do Conselho Consultivo, do Conselho Tarifário e do Conselho dos Combustíveis, e do CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

A DS prosseguiu, em 2024, o apoio ao desenvolvimento e operacionalização de vários dos Conselhos da CIP, nomeadamente o do Ambiente e Sustentabilidade, o da Energia, da Economia do Mar, da Saúde, Prevenção e Bem-Estar, e finalmente, da Logística, Transportes e Mobilidade.

Por outro lado, a DS participou e interveio, a nível europeu, no âmbito da BusinessEurope, junto das instituições europeias, sobre diversos processos em discussão como a implementação da fase transitória do Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras (CBAM), o desenvolvimento do Regulamento Embalagens e Resíduos de Embalagens, ou a Diretiva relativa a Alegações Ecológicas.

16.1. Políticas Públicas

16.1.1. Ambiente

Em 2024, a DS continuou a colaborar com um grupo de peritos da OCDE responsável pela avaliação do Licenciamento Único Ambiental em Portugal, e pelo relatório de diagnóstico e avaliação da implementação regulamentar e atividades de inspeção da APA e outras entidades envolvidas no licenciamento ambiental e nos processos de inspeção. Também acompanhou dois estudos integrados no projeto «More Effective, Efficient and Accountable, Environment Permits and Inspections», realizados com o apoio da Comissão Europeia. A DS participou, ainda, no *workshop* realizado a 13 de março onde foram previamente apresentadas e discutidas as principais conclusões/recomendações do estudo «Licenciamento Único Ambiental». A CIP, em cooperação com a OCDE e a APA IP, organizou e participou da sessão pública de apresentação que decorreu a 23 de abril.

A DS reuniu com a Ministra do Ambiente no dia 8 de julho, tendo como agenda:

- As dificuldades de comunicação com a área governativa do ambiente e a falta de transparência dos processos de decisão;
- A falta de estabilidade regulatória;
- As deficiências no alargamento da Responsabilidade Alargada do Produtor (RAP) a todas as embalagens e ao tratamento dos efluentes urbanos;
- As questões relacionadas com as opções estratégicas do Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC2030) e prioridades na área da energia.

Reuniu igualmente, no âmbito do Conselho do Ambiente e Sustentabilidade, com o Secretário de Estado do Ambiente, a 19 de dezembro. Nesta ocasião, os principais temas debatidos foram a legislação dos resíduos, em particular as dificuldades e imprevisibilidade da implementação do alargamento da RAP, a publicação dos novos valores de contrapartida financeira (VC) para 2025, e a revisão/alterações previstas no diploma UNILEX.

No decorrer de 2024, a DS foi responsável pela pronúncia da CIP sobre diversos documentos orientadores da política ambiental junto das autoridades nacionais, nomeadamente:

- Propostas de aditamento das licenças das Entidades Gestoras do SIGRE – consulta de interessados da APA IP, 24 de agosto;
- Proposta de revisão do PNEC20230 – consulta pública, 5 de setembro;
- Relatório técnico principal do projeto «Technical Support Instrument» da – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre a transição verde das PME em Portugal, DGAE, 16 de setembro;
- Proposta lista alínea 5.ª do artigo 28.º do UNILEX – consulta de interessados da APA IP, 19 de setembro;
- Proposta de metodologia de cálculo e valores de contrapartida 2025 – audiência prévia da Agência Portuguesa do Ambiente (APA IP),15 de outubro;
- Anteprojeto de diploma que procede à transposição da Diretiva do Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD) - audiência prévia da Secretaria de Estado da Economia, 29 de novembro.

No âmbito do Conselho Económico e Social (CES), a DS participou dos trabalhos da CIP na elaboração de pareceres sobre:

- Projeto de Portaria Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade para o período de programação 2021-2027 comentários, 11 de janeiro;
- Projeto parecer sobre as Grandes Opções do Plano 2024-2028, 12 de agosto;
- Projeto de revisão PNEC2030, 19 de agosto.

A DS foi responsável igualmente pela apresentação, junto das autoridades, dos seguintes pareceres:

- Prioridades no trílogo sobre a proposta de Regulamento sobre Embalagens e Resíduos de Embalagens (PPWR), APA IP, 12 de fevereiro;
- Propostas para simplificação da implementação do período transitório do CBAM-Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras, APA IP e AT, 4 de março;
- Comentários sobre proposta Diretiva Alegações Ecológicas, APA IP e DGAE, 3 de junho;
- Comentários sobre a proposta de revisão da Diretiva relativa ao Tratamento de Efluentes Urbanos (UWWTD), Ministra do Ambiente e Ministro da Economia, 8 de agosto.

No final de outubro a DS foi ainda responsável pelo Comunicado/Declaração conjunta da CIP sobre a proposta de metodologia de cálculo e valores de contrapartida financeira (VCs) para 2025.

Em outubro de 2024, a CIP foi auscultada pelo Grupo de Trabalho multidisciplinar (composto pela AdP - Águas de Portugal, que coordena, pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente, pela DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e pela EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva) que tem como objetivo elaborar uma nova estratégia nacional para a gestão da água – Estratégia «Água que Une». Pretende-se que esta estratégia dê resposta a um conjunto de desafios que todo o território português enfrenta e que, com grande probabilidade, virão a ampliar-se no futuro como consequência dos efeitos das alterações climáticas.

16.1.2. Sustentabilidade

A CIP assumiu como uma das suas prioridades a promoção do conhecimento sobre ESG *reporting*. Nesse âmbito, abraçou a iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e participou nas reuniões havidas com o Governo e a Administração Pública sobre o mesmo. Durante a implementação da primeira fase, no decorrer de 2024, a CIP colaborou com a Academia AICEP e fez intervenções nos cinco *workshops* de sensibilização: 5 de maio em Sintra, 29 de maio em Évora, 5 de junho em Vila Nova de Famalicão, 6 de junho em Coimbra e 19 de junho em Faro. Ainda no decorrer de 2024, a CIP colaborou com a AICEP no desenho da segunda fase da iniciativa, em 26 de julho e 13 de setembro, onde apresentou uma proposta de ação.

Destacamos ainda a participação da CIP nos seguintes trabalhos:

- Duas reuniões (30 de janeiro e 1 de outubro) do *Advisory Board* da iniciativa Act4Nature, uma iniciativa promovida pelo Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal, relativa à promoção de medidas de preservação da biodiversidade;
- Preparação e lançamento da iniciativa Voice Leadership, como parceiros da NovaSBE.

16.1.3. Energia

Como consequência do reconhecimento da CIP pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) como entidade competente para o processo de designação e posterior eleição dos representantes dos consumidores empresariais de energia nos seus Conselhos Consultivo, Tarifário e para os Combustíveis, foi desenvolvida ao longo do ano de 2024 uma participação/ação permanente na elaboração de Pareceres e Planos.

Houve, igualmente, continuação da interação com a Agência para a Energia (ADENE) no que respeita ao Plano de Poupança de Energia (PPE) 2022-2023. A CIP integra a Comissão de Acompanhamento deste Plano.

Com a ADENE houve, ainda, a continuação da parceria no «Roteiro da Indústria. Da teoria à Eficiência», com a CIP a desempenhar o papel de coordenação e de charneira com os setores industriais seus associados.

No âmbito da Comissão Especializada de Clima e Energia da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR (CNA-PRR), a CIP participou numa reunião onde teve ocasião de exprimir a sua preocupação pelos atrasos na execução física e financeira dos projetos.

16.2. Atuação a nível europeu e internacional

A nível europeu, a DS, além da participação em vários grupos de trabalho da BusinessEurope que se descrevem de seguida, reuniu com vários gabinetes de membros do Parlamento Europeu: Ana Vasconcelos, Catarina Martins, Lídia Pereira e Marta Temido.

Os temas abordados nestas reuniões foram: as preocupações das empresas nacionais em matéria de política europeia dos transportes e conclusões do relatório Draghi, na reunião com Ana Vasconcelos; a prevista revisão do Regulamento relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição de químicos (REACH) e também o relatório Draghi, com Catarina Martins; a política climática, com o gabinete de Lídia Pereira; e os trabalhos previstos no âmbito do Comité do Ambiente com o gabinete de Marta Temido.

A atuação da DS na BusinessEurope centrou-se sobretudo nos trabalhos do Comité de Assuntos Industriais (IACO) e grupos de trabalho associados, mas também de outros grupos de trabalho específicos sob coordenação de outros Comités:

- O Comité dos Assuntos Industriais (IACO) acompanhou e decidiu sobre as recomendações dos vários grupos de trabalho, nomeadamente o de Ambiente e o de Energia e Clima. Em algumas reuniões promoveu o debate com representantes da Confederação Europeia de Sindicatos (ETUC) e do European Roundtable on Climate Change and Sustainable Transition (ERCST). Este Comité ocupou-se também diretamente do acompanhamento da revisão da Diretiva Emissões Industriais e das recomendações que a BusinessEurope fez com base no estudo sobre o sistema energético e a competitividade das empresas europeias;
- No Grupo de Trabalho Ambiente, o tema mais relevante trabalhado em 2024 foi o Regulamento de Embalagens e Resíduos de Embalagens. Proporcionou igualmente o debate com representantes da Direção Geral do Ambiente da

Comissão Europeia sobre a Diretiva das Emissões Industriais e as perspetivas de desenvolvimentos na política europeia da água;
- O Grupo de Trabalho Comércio e Clima promoveu o debate sobre as questões de ambiente com interferência no comércio internacional, nomeadamente, o Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras (CBAM);
- O estudo «Energy and climate transition: How to stengthen the EU's competitiveness» teve grande relevância no Grupo de Trabalho Energia e Clima;
- A DS colaborou ainda com a Direção de Inteligência Económica (DIE) no acompanhamento de alguns dos temas debatidos no Grupo de Trabalho Consumidores e Marketing, nomeadamente as propostas que derivam da Nova Agenda do Consumidor como a Diretiva Alegações Ecológicas.

De forma resumida, a DS assegurou a participação da CIP nas seguintes reuniões:
- Três reuniões do IACO – Comité dos Assuntos Industriais;
- Duas reuniões do Grupo de Trabalho de Ambiente;
- Quatro reuniões do Grupo de Trabalho Energia e Clima;
- Uma reunião do Grupo de Trabalho Comércio e Clima.

A DS colaborou na preparação da argumentação de posições defendidas junto das principais instituições em Bruxelas (Parlamento Europeu e Representação Permanente de Portugal em Bruxelas), e junto da BusinessEurope, sobre vários temas, nomeadamente a Diretiva das Emissões Industriais, o Regulamento de Embalagens e Resíduos de Embalagens, o Regulamento de Conceção Ecológica de Produtos Sustentáveis e o Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras (CBAM).

16.3. Coordenação, gestão do trabalho em rede e atividades internas

16.3.1. ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

No ano de 2024 a DS participou na elaboração de pareceres da ERSE sobre variados assuntos.

16.3.1.1. No âmbito do Conselho Consultivo

- Consulta Pública n.º 119: Proposta de repartição do financiamento dos custos com a tarifa social em 2024;
- Consulta Pública n.º 120: Proposta de indicadores de desempenho das redes inteligentes de energia elétrica;
- Consulta Pública n.º 121: Planos quinquenais de desenvolvimento e investimento nas redes de distribuição de gás para o período de 2025 a 2029 (PDIRD-G 2024);
- Consulta Pública n.º 122: Condições Gerais do Acordo de Acesso com Restrições para as instalações de produção ou de armazenamento autónomo;
- Consulta Pública n.º 123: Proposta de alteração do Regulamento Tarifário do setor elétrico;
- Consulta Pública n.º 124: Proposta de repartição do financiamento dos custos com a Tarifa Social para 2025 e ajustamentos de anos anteriores;
- Consulta Pública n.º 125: Proposta de Diretiva – Mecanismo de contratualização de venda a prazo de Produção com Remuneração Garantida;

- Consulta Pública n.º 126: Proposta de atualização do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Distribuição para o período 2026 a 2030 (PDIRD-E 2024);
- Consulta de Interessados n.º 5/2024 da ERSE: Proposta de padrões de qualidade de serviço para avaliação do desempenho dos operadores das redes (art.º 98.º, 99.º e 100.º do RQS);
- ERSE - Plano de Atividades e Orçamento 2025;
- ERSE - Relatório de Atividades e Contas 2023.

16.3.1.2. No âmbito do Conselho Tarifário

- Consulta Pública n.º 119: Proposta de repartição do financiamento dos custos com a tarifa social em 2024;
- Consulta Pública n.º 121: Planos quinquenais de desenvolvimento e investimento nas redes de distribuição de gás para o período de 2025 a 2029 (PDIRD-G 2024);
- Consulta Pública n.º 126: Proposta de atualização do Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede Nacional de Distribuição para o período 2026 a 2030 (PDIRD-E 2024);
- Proposta de tarifas e preços de gás para o ano gás 2024-2025.

16.3.1.3. No âmbito do Conselho para os Combustíveis

- Reunião com equipa da OCDE no âmbito das Metodologias de Avaliação de Impacto Regulatório (tendo em vista a elaboração de diagnóstico das práticas em vigor na ERSE e das necessidades de otimização das mesmas);
- ERSE - Perspetivas para o Setor dos Combustíveis.

16.3.2. CNADS – Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Em 2024, o representante da CIP participou em seis reuniões deste Conselho, além da participação efetiva na elaboração de alguns dos Pareceres emitidos por este Conselho, a saber:

- Proposta de Plano de Afetação para as Energias Renováveis Offshore (PAER);
- Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030).

16.3.3. ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

Em 2024 a DS nomeou e acompanhou o representante da CIP na Comissão Técnica criada para desenvolvimento do regulamento que irá estabelecer o sistema de aprovação nacional de materiais em contacto com água para consumo humano.

16.3.4. Intervenções

Em termos de intervenções, a DS interveio em nome da CIP nos seguintes eventos:

- Conferência «A importância da Sustentabilidade para a criação de valor nas organizações», organizada pela Lipor em 16 de setembro na Casa da Música, Porto;
- Conferência «30 anos dos EEA Grants», na Fundação Gulbenkian em 23 de outubro;

- ECP Green Summit'24, no Museu da Vista Alegre, Ílhavo em 24 de outubro;
- Podcast «Conversas Circulares» promovido pela ASWP e pela rádio Observador;
- *Workshop* «Roteiro de descarbonização do Metal Portugal», organizado pelo CATIM e AIMMAP no âmbito do Projeto CarbonFree_Guide4Metal, no CCB em 12 de novembro.

Em novembro de 2024, a CIP participou igualmente do 12.º Fórum Energia, promovido pelo Jornal Água&Ambiente, como moderador dos painéis «Revitalizar o Mercado de Hidrogénio Verde» e «Eólica Offshore: Um Cluster Até Final da Década» e como orador no painel «Combustíveis Sustentáveis para a Mobilidade em Crescendo».

A DS colaborou ainda com a DRI na preparação da participação da CIP no XV Encontro Empresarial Ibero Americano que decorreu em Cuenca, Equador, em 13 e 14 de novembro.

No âmbito da colaboração com revistas da especialidade, salienta-se:
- Colaboração, bimensal, com o Jornal Água&Ambiente na sua «Coluna Energia»;
- Autoria da «Coluna Energia» da revista Indústria e Ambiente;
- Entrevista ao Jornal Água&Ambiente sobre o ESPR – Regulamento de Conceção Ecológica e Produtos Sustentáveis;
- Artigo de opinião (Sustentabilidade) no Expresso online, no âmbito da iniciativa VoiceLeadership;
- Entrevista ao Jornal Água&Ambiente sobre o alargamento da Responsabilidade Alargada do Produtor.

Relativamente à colaboração com a edição da revista Indústria, a DS foi responsável pelos seguintes artigos:
- «CBAM: um primeiro balanço da fase transitória», Indústria 139, abril de 2024;
- «O caminho a percorrer para uma Europa mais sustentável», Indústria 141-142, dezembro de 2024.

A DS efetuou igualmente várias colaborações na preparação das *newsletters* «A Voz das Empresas», «CIP@EU» e «Europ@CIP».

16.3.5 Eventos

16.3.5.1. Reunião de trabalho no âmbito da COP29 com a eurodeputada Lídia Pereira

A DS organizou uma reunião entre a eurodeputada Lídia Pereira, relatora para a posição do PE na COP29, e empresários nacionais, a 18 de outubro, uma oportunidade para aqueles contribuírem para a posição a defender pela UE na cimeira.

16.3.5.2. Sessão de esclarecimento período transitório CBAM

A 4 de novembro, a CIP, com a cooperação da sua associada AIMMAP, organizou um *webinar* para a sua rede associativa sobre o período transitório do Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras, CBAM. As empresas, ou os seus representantes, de diversos setores abrangidos diretamente ou impactados como utilizadores a jusante, tiveram oportunidade de esclarecer as suas dúvidas com a autoridade nacional competente, a APA IP, e ainda com a Autoridade Tributária.

16.4 Projetos

16.4.1 Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI)

A DS implementou as atividades do seu domínio de intervenção e responsabilidade, bem como assegurou a mais elevada taxa de execução possível.

17. Gabinete de Talento, Projetos e Suporte

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

17. Gabinete de Talento, Projetos e Suporte

Enquadramento

Em 2024, o Gabinete de Talento, Projetos e Suporte manteve como missão central fortalecer e otimizar o funcionamento dos Serviços da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, estruturando a sua atuação em quatro pilares fundamentais: gestão de projetos financiados pela UE; gestão de projetos executivos inovadores; desenvolvimento de talento e suporte operacional administrativo e financeiro.

Estes pilares continuam a refletir o compromisso da CIP com a inovação, a sustentabilidade e a resiliência institucional, alinhando-se às prioridades definidas para um ano marcado por grandes desafios e oportunidades de transformação.

A gestão de projetos assumiu um papel central no Gabinete, reforçando a sua capacidade de coordenar iniciativas estratégicas que contribuíram diretamente para a concretização dos objetivos da CIP, em alinhamento com a sua missão, visão e valores.

A gestão de talento foi outra vertente essencial do Gabinete de Talento, Projetos e Suporte, focada na criação de condições ideais para o desenvolvimento e crescimento dos colaboradores, tanto a nível pessoal como profissional, reforçando a construção de um ambiente de trabalho dinâmico, motivador e alinhado com a sustentabilidade organizacional a longo prazo.

No que respeita ao suporte administrativo e financeiro, o Gabinete de Talento, Projetos e Suporte consolidou a sua atuação para garantir maior eficiência operacional num contexto económico desafiante. Este apoio assegurou não só que os processos internos fluíssem harmoniosamente, mas também proporcionou um ambiente organizacional propício à concentração nas atividades nucleares da CIP. Além disso, a gestão eficaz dos recursos financeiros reafirmou o compromisso com a excelência operacional, contribuindo para a sustentabilidade e otimização dos recursos da organização a curto, médio e longo prazo.

Em síntese, ao longo de 2024, o Gabinete de Talento, Projetos e Suporte, através de uma gestão proativa e colaborativa, não apenas respondeu a desafios imediatos, como também construiu alicerces para um futuro marcado por resiliência organizacional, transformação e sustentabilidade, humana e operacional. Esta abordagem permitiu que a CIP avançasse com equilíbrio, preparada para inspirar e promover um crescimento duradouro em cenários complexos e em constante evolução.

17.1. Projetos

O Gabinete assegurou a coordenação, gestão e supervisão dos seguintes projetos.

17.1.1. Projetos financiados pela UE

17.1.1.1. Projeto de Capacitação Institucional da CIP 2023-2024 - Programa Demografia, Qualificação e Inclusão (PDQI)

O Gabinete assegurou a coordenação, bem como a gestão técnica e financeira do 1.º projeto PDQI «Geração de Valor, Crescimento e Sustentabilidade», financiado pela linha específica para Parceiros Sociais PESSOAS 2030. Este projeto teve a duração de 18 meses e terminou em dezembro de 2023 com uma taxa de execução financeira de 100% a que corresponde o valor de €474.692,71.

17.1.1.2. Projeto de Capacitação Institucional da CIP 2025-2026 - Programa Demografia, Qualificação e Inclusão (PDQI)

Preparação e submissão da candidatura do novo projeto da Capacitação Institucional da CIP 2025-2026 enquadrado no programa PESSOAS 2030 – Programa Demografia, Qualificações e Inclusão, no âmbito do 2.º Concurso para a Capacitação dos Parceiros da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS).

Em termos práticos, este Projeto de Capacitação 2025-2026 tem como tema geral a «Competitividade, Produtividade, Inovação e Sustentabilidade», possuindo como linhas de orientação institucionais: Estimular a produtividade e a ambição de crescimento empresarial; Promover o desenvolvimento Económico e Social; Reforçar o Movimento Associativo e Garantir uma representação institucional ágil, aberta e eficaz.

Tendo por base estas linhas de orientação, a CIP desenvolveu o seu Projeto de Capacitação alicerçado em 4 atividades principais: Relação com Associados e *Stakeholders*; Diálogo Social Europeu e Multilateral; Melhoria Interna e Desenvolvimento Operacional e Governance & Controlo. Estas quatro atividades subdividem-se em 12 subactividades operacionais.

Este projeto tem a duração de 24 meses, de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026 e uma dotação financeira de 949.606,49€.

Como indicador de resultado, pretende-se alcançar um nível de satisfação elevado, com pelo menos 75% dos Associados a darem um *feedback* positivo.

A candidatura foi submetida em outubro de 2024 e aprovada a 10 de janeiro de 2025.

17.1.2. Desenvolvimento e Continuidade dos Projetos CIP

17.1.2.1. Projeto PROMOVA

A equipa da CIP assegurou a coordenação e acompanhamento de duas edições do Projeto Promova em simultâneo, garantindo a continuidade e qualidade da iniciativa.

No que respeita à 5.ª edição, foi assegurado o acompanhamento integral do programa, abrangendo diversas áreas essenciais. Este trabalho incluiu o apoio ao programa formativo, o desenvolvimento e monitorização do processo de mentoria, a organização

de ações de *networking*, a preparação do evento de encerramento e a avaliação do impacto do projeto.

Adicionalmente, foram elaborados e enviados relatórios periódicos para monitorização da evolução da edição, cujo encerramento está previsto para junho de 2025.

Em paralelo, durante o ano de 2024, decorreu a preparação da 6.ª edição do Projeto Promova e, de modo a garantir a sua sustentabilidade, a equipa da CIP manteve um contacto regular e estratégico com os patrocinadores atuais, reforçando parcerias e assegurando o financiamento necessário à continuidade do projeto. Para além disso, foram também desenvolvidos esforços contínuos para a captação de novos patrocinadores, de forma a garantir a viabilidade e expansão do Promova.

Neste âmbito, foram conduzidos processos de negociação com o parceiro académico, incluindo reuniões para definição de estratégias e conteúdos. Foram ainda desenvolvidos planos de comercialização e comunicação para promover o projeto junto do público-alvo. Paralelamente, foram recebidas e tratadas candidaturas, garantindo um processo seletivo eficiente e transparente.

Adicionalmente, a equipa da CIP esteve envolvida na preparação das ações de abertura da 6.ª edição, assegurando que estes momentos refletem os objetivos do projeto e proporcionam uma experiência enriquecedora para todas as participantes.

17.1.2.2. Projeto PROGRIDA

Este novo projeto da CIP, direcionado para lideranças femininas de linhas intermédias, teve o seu arranque em março de 2024. O projeto foi desenvolvido em parceria com a Porto Business School e teve a duração de 9 meses. A equipa da CIP, enquanto coordenadora do Projeto Progrida, desenvolveu um conjunto de atividades essenciais para garantir o sucesso e a eficácia da iniciativa e garantir a sua sustentabilidade.

Foi elaborado e implementado um plano de comunicação para o projeto, assegurando uma divulgação estratégica junto das empresas e do público-alvo.

Foram realizados contactos diretos com empresas, com o objetivo de promover o projeto e incentivar as empresas à participação. A presença digital também foi reforçada, com publicações regulares nas redes sociais para dar visibilidade às ações do Progrida.

A equipa acompanhou de perto o programa formativo, monitorizando a execução dos módulos e avaliando a sua eficácia. Para garantir a melhoria contínua, foi recolhido *feedback* das participantes e implementadas as adaptações necessárias com base nas sugestões recebidas.

Além disso, foram planeados e organizados encontros de *networking*, fundamentais para promover a troca de experiências e o fortalecimento da rede de contactos entre as participantes.

A equipa manteve ainda um acompanhamento próximo das participantes e das empresas envolvidas, garantindo um apoio contínuo ao longo das diversas fases do projeto.

17.1.2.3. Programa de Liderança em Associações

A CIP realizou a 2.ª edição do programa de formação executiva dirigido a Gestores de Associações Empresariais. Este programa formativo, desenhado em parceria com a

Nova SBE, foi constituído por duas etapas distintas: a primeira focada nos fundamentos de gestão das Associações (foco estratégico), e a segunda focada nas competências de gestão fundamentais para os gestores de Associações (foco gestão). No âmbito desse projeto formativo, foram executadas as seguintes atividades: reuniões com o parceiro académico, promoção do projeto junto do público-alvo e respetivo *follow-up*, receção e tratamento de candidaturas, preparação das ações de abertura e encerramento do projeto, preparação de ações de *networking*, avaliação do programa, e preparação e envio de relatórios.

17.1.2.4. Projeto Taking the Leap (ESG)

O Gabinete de Talento, Projetos e Suporte e a sua equipa, juntamente com a área da sustentabilidade estiveram envolvidos na conceção e preparação do programa formativo *Taking the Leap*, desenvolvido em parceria com a Porto Business School e a Nova School of Business and Economics. Este programa, enquadrado na estratégia ESG (Environmental, Social, and Governance), foi desenhado para responder às necessidades atuais das empresas, capacitando gestores, diretores e técnicos para os desafios da sustentabilidade, governança responsável e impacto social.

O processo de desenvolvimento exigiu um trabalho aprofundado de investigação, análise e definição de conteúdos, garantindo que a formação refletisse as reais exigências do mercado. Para isso, foram realizadas reuniões internas e com as escolas de negócio, permitindo alinhar objetivos, metodologias e abordagens pedagógicas. Adicionalmente, foi também realizada uma análise sobre as melhores práticas internacionais, com especial atenção ao que é desenvolvido por congéneres europeias, e efetuado um levantamento das necessidades e expectativas das empresas relativamente a programas formativos neste âmbito.

Este trabalho intensivo resultou numa proposta final robusta e alinhada com as exigências do contexto empresarial atual, representando um passo significativo na oferta de formação para profissionais que procuram desenvolver competências de gestão e liderança com uma forte componente de sustentabilidade e impacto social.

17.1.3. Outros Projetos - Dinamização e Acompanhamento

17.1.3.1. Pro_Mov

O Pro_Mov é o programa nacional que se insere na iniciativa europeia R4E, concebido pela European Round Table for Industry (ERT) e destinado a promover a formação de profissionais para os empregos de futuro através da requalificação e integração no mercado de trabalho. No âmbito deste projeto, foram desenvolvidas diversas atividades, nomeadamente a promoção do projeto junto do público-alvo e respetivo *follow-up*, a realização de *roadshows* de informação e divulgação junto da rede associativa da CIP, e o desenvolvimento e divulgação das iniciativas do Pro_Mov nas redes sociais Facebook e LinkedIn da CIP.

Como resultado dessas ações, a CIP conseguiu a inscrição de 14 empresas no projeto, tendo mais 13 manifestado interesse, e, em termos de comunicação, o Pro_Mov conquistou um espaço no *website* da CIP, que contará ainda com um destaque trimestral para as próximas turmas PRO_MOV n'A Voz das Empresas.

17.1.3.2. Emprego + Digital

A CIP promoveu o acompanhamento, apoio e dinamização, junto das suas Associadas, do Programa Emprego Mais Digital, concebido pela CIP em parceria com o IEFP –

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., com o objetivo de fomentar a (re)qualificação e a inclusão digital. O projeto integra duas medidas: Medida Emprego + Digital e Medida Líder + Digital.

No âmbito deste programa, foram desenvolvidas diversas atividades, entre as quais se destacou a participação ativa na Comissão de Acompanhamento, em conjunto com outros Parceiros Sociais e entidades envolvidas no programa. A CIP participou em reuniões periódicas de análise e ponto de situação, contribuindo para a apresentação de propostas de melhoria, bem como para a facilitação de contactos e o desbloqueio de dificuldades junto das Associações integrantes do programa.

17.2. Academia CIP

Com o objetivo de desenvolver um documento base para a concretização do projeto estratégico Academia CIP, o Gabinete realizou um conjunto de atividades que resultaram numa proposta estruturada para a implementação desse projeto.

Foram conduzidas consultas ao mercado para identificar lacunas formativas, bem como sessões de auscultação junto de parceiros académicos e empresas, com vista ao codesenvolvimento de programas de capacitação.

Adicionalmente, foram analisados e avaliados diversos modelos de negócio que pudessem assegurar a sustentabilidade financeira da Academia CIP. O processo incluiu também sessões de validação com *stakeholders*, permitindo ajustar a proposta de valor e o portfólio de iniciativas. Por fim, foram definidas diretrizes de comunicação para garantir a coerência da marca «Academia CIP» em todas as suas ações.

17.3. Políticas de Recursos Humanos

Na área dos Recursos Humanos, destacam-se as seguintes atividades.

17.3.1. Formação profissional

Durante o ano de 2024 foram realizadas duas ações de formação que envolveram dois colaboradores, num total de 104 horas, que versaram sobre gestão de projetos e liderança.

Para além disso, os colaboradores participaram em diversos *workshops* e eventos presenciais e *online* que complementaram o plano de formação.

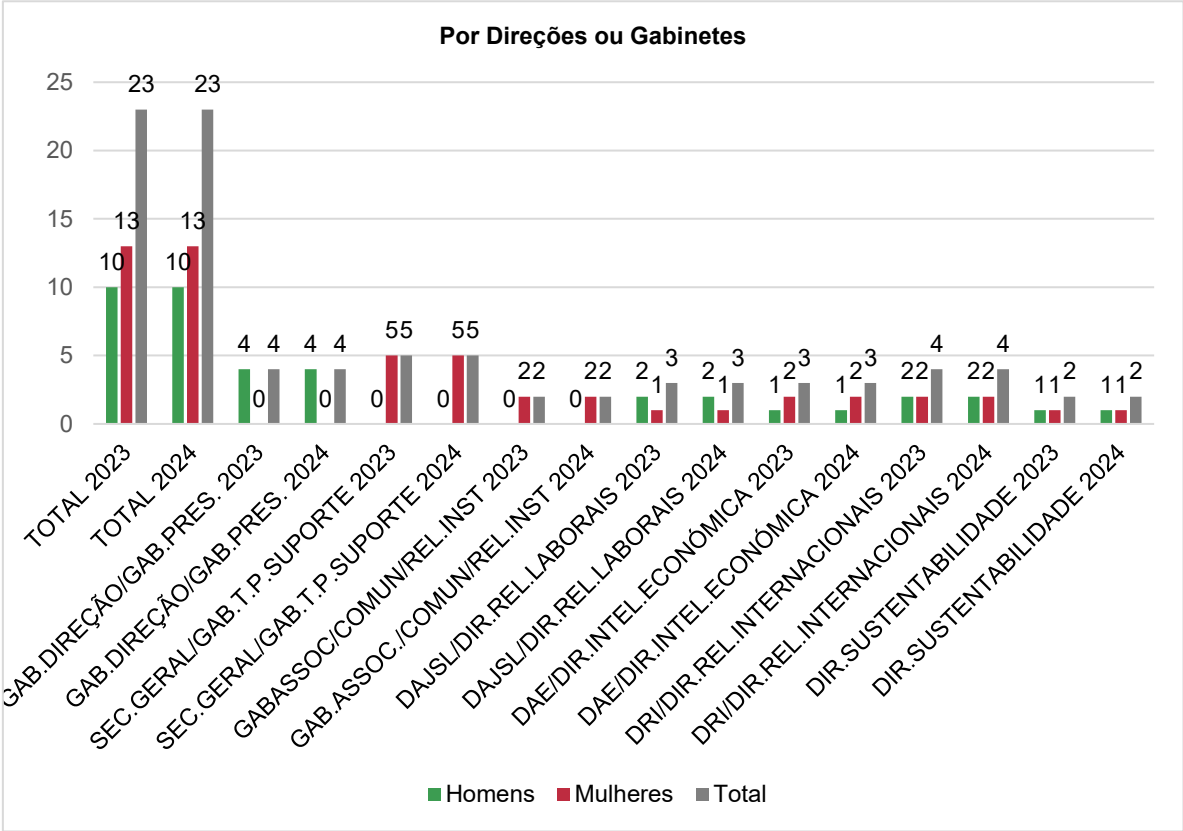
17.3.2. Acompanhamento e controlo do cumprimento dos requisitos legais no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho

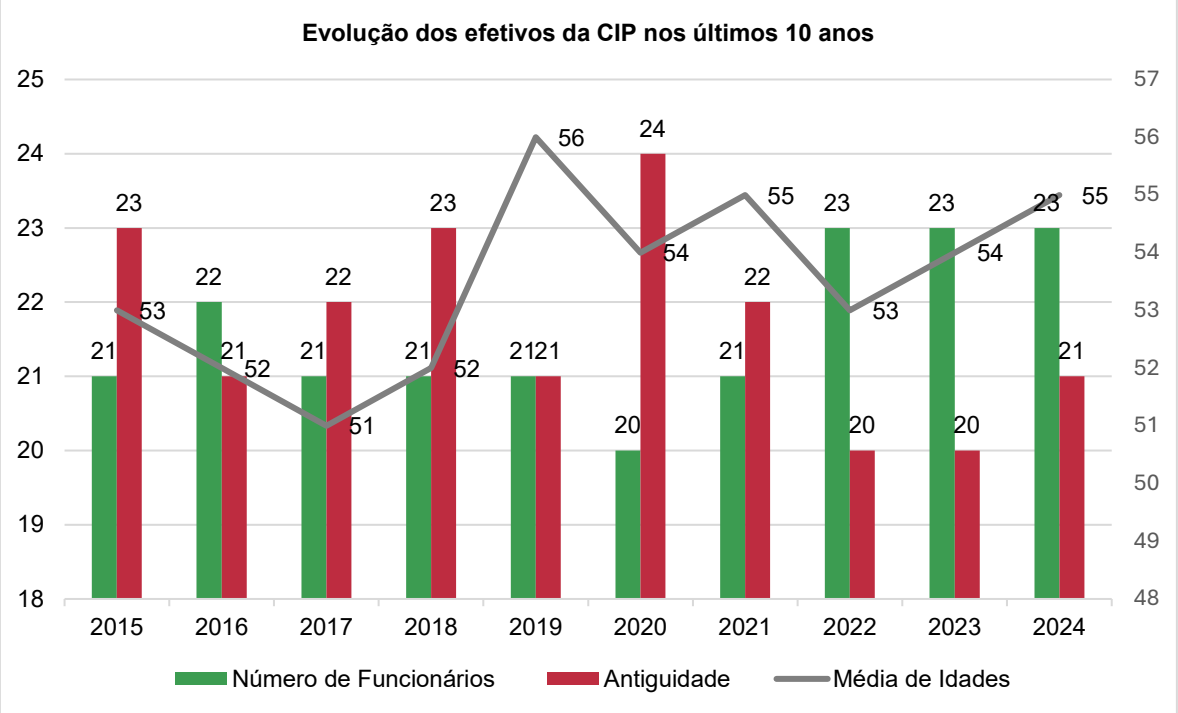
Os relatórios de avaliação da empresa de higiene e segurança no local de trabalho, resultantes das suas visitas anuais às instalações da CIP, em Lisboa e no Porto, confirmam que os procedimentos legais estão a ser cumpridos a 100% não tendo sido assinaladas quaisquer não conformidades.

No âmbito da medicina do trabalho, em 2024 foram realizados exames complementares de diagnóstico aos colaboradores, bem como consultas periódicas e uma consulta de admissão, assegurando o cumprimento das normas de saúde e segurança no trabalho.

17.3.3. Quadros de Pessoal da CIP

No final do ano de 2024, os Quadros de Pessoal da CIP, refletiam um total de 23 colaboradores, evidenciando 1 saída e 1 entrada durante o ano de 2024.





17.4. Serviços Financeiros e Administrativos

No âmbito da melhoria contínua dos processos administrativos, da gestão da relação com os Associados e da informação financeira prestada à Direção da CIP, no ano de 2024 os Serviços Financeiros e Administrativos da CIP desenvolveram as seguintes atividades:

- Integração/atualização dos processos dos colaboradores no módulo recursos humanos (RH) do Primavera;
- Digitalização de processos de Associados para integração no CRM;
- Registos das interações com os Associados da CIP, em atividades de CRM;
- Criação de mapas simplificados para apresentação mensal do «sumário executivo», que resuma toda a informação relativamente a «Quotas, Saldos Bancários, Contabilidade e RH»;
- Atualização periódica do CRM/Contactos;
- Apoio logístico às reuniões dos Conselhos e dos Órgãos Sociais da CIP;
- Gestão e manutenção das instalações e dos recursos necessários ao bom funcionamento dos serviços da CIP, incluindo a receção e atendimento telefónico.

18. Gabinete de Associado, Comunicação e Relações Institucionais

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

18. Gabinete de Associado, Comunicação e Relações Institucionais

Enquadramento

Em 2024, o Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais consolidou o seu papel estratégico na afirmação da CIP – Confederação Empresarial de Portugal como a principal voz das empresas em Portugal. A sua atuação foi essencial para fortalecer a influência da Confederação no panorama económico e político, reforçando a proximidade com os Associados e garantindo que a sua atividade e posicionamento chegassem, de forma clara e impactante, a todos os *stakeholders* relevantes.

A transversalidade da comunicação e das relações institucionais dentro da organização permitiu que a atuação do Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais fosse um elemento agregador, potenciando a interação entre a Confederação e os seus Associados, parceiros e decisores políticos. Através de uma abordagem integrada e dinâmica, foram promovidas ações que reforçaram a presença da CIP nos meios de comunicação, ampliaram o diálogo com a sociedade civil e consolidaram a sua posição como um interlocutor de referência nas principais decisões que afetam a economia e as empresas em Portugal.

O ano de 2024 ficou também marcado pelo início das comemorações do 50.º aniversário da CIP, uma ocasião emblemática que serviu para destacar o percurso da Confederação e o seu impacto no desenvolvimento do tecido empresarial português. O Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais esteve diretamente envolvido na preparação e implementação de diversas iniciativas associadas a este marco, garantindo que a celebração fosse não apenas um momento de reconhecimento do passado, mas também um reforço da visão estratégica da CIP para o futuro.

Além disso, foi dado um enfoque significativo ao reforço da rede associativa da Confederação, promovendo a captação de novos Associados e aprofundando a relação com os existentes. Paralelamente, a modernização da comunicação institucional e a aposta em novas ferramentas digitais permitiram uma maior eficiência na disseminação de informação, tornando a CIP mais acessível e próxima dos seus públicos.

Desta forma, o Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais desempenhou, em 2024, um papel determinante na valorização da CIP, garantindo que a sua presença e influência se refletissem em todas as esferas de atuação da Confederação e contribuindo ativamente para o fortalecimento do movimento associativo empresarial em Portugal.

18.1. Comemoração dos 50 Anos da CIP

50 Anos ao serviço das empresas

2024 marcou o início das comemorações do 50.º aniversário da CIP, um momento especial para celebrar a história da Confederação e o contributo dos seus Associados para o desenvolvimento económico do país. Para assinalar esta data, foram promovidas diversas iniciativas, entre as quais:

- Criação de um selo comemorativo dos 50 anos;
- Acompanhamento da criação e aprovação da nova logomarca da CIP, a ser lançada publicamente em 2025;
- Livro histórico 50 anos - definição da estrutura para o livro e da metodologia final para a sua elaboração; recolha de informação histórica; acompanhamento da equipa editorial; escolha e contacto com os protagonistas; acompanhamento de entrevistas com os protagonistas;
- Entrevistas vídeo – planificação, acompanhamento e revisão de curtas entrevistas vídeo com os ex-Presidentes da CIP, para publicação em 2025;
- Revista comemorativa 50 anos CIP - coordenação e acompanhamento da produção de uma edição especial da Revista «Indústria» dedicada aos 50 anos da CIP.

18.2. Associativismo

A nossa força é a força dos nossos Associados

A CIP é a maior estrutura associativa empresarial nacional e representa todos os setores de atividade de todas as regiões do País. O reforço da rede associativa da CIP manteve-se como prioridade.

Durante o ano de 2024, a CIP e a sua rede associativa continuaram no terreno a ouvir as empresas e levaram a informação recolhida, bem como propostas concretas e estruturadas, a todas as instâncias decisórias. Esta intervenção teve eco junto da opinião pública, através dos órgãos de comunicação social, com uma cobertura de mais de 3.500 notícias durante o ano de 2024.

No final de 2024, a CIP tinha um total de 147 Associados, distribuídos da seguinte forma:

- Quatro Federações;
- 44 Associações Setoriais;
- Seis Associações Multissetoriais;
- 16 Associações Regionais;
- 12 Câmaras de Comércio e Indústria;
- 19 Empresas Associadas;
- 46 Entidades Parceiras.

Durante o ano de 2024, entraram para a CIP dois novos Associados - JTI (Japan Tobacco International) e UBER Portugal, Lda. - e duas Entidades Parceiras: SUCH - Serviços de Utilização Comum dos Hospitais e LUSICAL - Companhia Lusitana de Cal, S.A.

Verificou-se também a saída de três Associados (E-Cycle, APIMA e Grupo Bel).

Adicionalmente, foi realizado um esforço de atualização das quotas dos Associados, aproximando o seu valor ao definido no regulamento de quotas, reforçando assim a receita da Confederação.

Segundo dados fornecidos pelos Associados da CIP na última consulta, as Associações filiadas na CIP representam mais de 150.000 empresas, que empregam 1,8 milhões de trabalhadores e são responsáveis por um volume total de negócios que representa 71% do PIB nacional.

18.3. Comunicação

CIP – a voz das empresas

Num mundo em permanente mudança, a comunicação emerge como um alicerce fundamental para o sucesso e sustentabilidade de uma organização, desempenhando um papel vital na definição e projeção da identidade organizacional.

De forma a comunicar eficazmente o seu posicionamento e a manter os seus públicos devidamente informados, a área de comunicação da CIP consolidou-se como um pilar estratégico da Confederação, garantindo uma presença ativa e consistente nos meios digitais e tradicionais.

18.3.1. Revista «Indústria»

O Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais assegurou a coordenação e acompanhamento da produção de três edições da revista:

- Novo Governo – CIP defende grandes prioridades (n.º 139);
- Economia e Defesa – Empresas como motor do desenvolvimento (n.º 140);
- 50 Anos CIP – A força da economia é a força de Portugal (n.º 141-142).

18.3.2. *Website* e *App*

Durante o ano de 2024, o Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais coordenou e atualizou permanentemente o *website* e a *app* da CIP, quer ao nível dos conteúdos estáticos, quer dos conteúdos dinâmicos. Foram produzidos 962 novos artigos informativos sobre a atividade da CIP.

No segundo semestre de 2024, foi desenvolvido e implementado um projeto de reorganização de conteúdos do *website* da CIP. O objetivo foi tornar a utilização do *website* mais intuitiva, responsiva e atrativa, refletindo de forma clara e dinâmica o trabalho desenvolvido diariamente pela organização. A reformulação permitiu uma melhor apresentação das iniciativas e posicionamentos da CIP, reforçando a sua comunicação digital e acessibilidade.

18.3.3. CIP Data

Em 2024, o Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais esteve ativamente envolvido no Projeto CIP Data, desde a sua construção e lançamento, até à manutenção contínua da informação disponibilizada. Esta plataforma tornou-se um recurso estratégico, garantindo a atualização e acessibilidade de dados essenciais para a tomada de decisão e apoio às empresas. O trabalho incluiu a estruturação dos conteúdos, a integração de novas fontes de informação e a melhoria da experiência do utilizador.

18.3.4. *E-mail marketing*

É da responsabilidade do Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais a produção, edição, revisão e envio aos diversos públicos da CIP de todo o tipo de comunicações digitais.

Em 2024, destacaram-se as seguintes atividades:

- Produção e envio de 40 edições da *newsletter* institucional semanal «A voz das empresas»;
- Edição, revisão e envio das *newsletters* «Envolvente Empresarial» (14), «Europ@CIP» (45), «Síntese de Legislação Nacional e Comunitária» (47) e «CIP@EU» (4), com informação técnica preparada pelas diferentes Direções da CIP;
- Edição, revisão e envio, por Outlook, de 110 comunicações aos Associados, com conteúdo preparado não só pelo Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais mas também por todas as outras Direções e Gabinetes da CIP.

18.3.5. Redes Sociais

O Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais coordena diariamente a presença da CIP nas redes sociais (LinkedIn, Instagram e YouTube), evidenciando o trabalho da Confederação e dos seus Associados, o seu posicionamento, os seus serviços e a sua cobertura mediática.

Em 2024, o Gabinete criou o perfil da CIP na rede social Instagram, por altura da realização do Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos».

Indicadores Gerais:

- LinkedIn – 19.085 seguidores, 2.760 novos seguidores e 482 publicações;
- Instagram – 410 seguidores e 490 publicações;
- Youtube – 238 subscritores, 14 novos subscritores, 28 vídeos publicados e 5.016 visualizações.

18.3.6. *Clipping*

É da responsabilidade do Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais a monitorização, seleção e dinamização do *clipping* diário eletrónico da CIP, promovendo a sua distribuição à Direção e a interligação com o portal e com as redes sociais. Durante o ano de 2024, foram publicadas 3.597 notícias sobre a CIP nos meios de comunicação social nacionais.

18.3.7. Parcerias

O Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais faz a gestão e divulgação de parcerias da CIP com entidades externas, que tenham por objetivo o interesse da Confederação e dos seus Associados, nomeadamente:

- Nova SBE Voice Leadership – programa da Nova SBE que tem como objetivo a promoção do crescimento e desenvolvimento de pequenas e médias empresas (PME) portuguesas, por via da capacitação dos seus decisores, através de um programa de formação complementado pela maior plataforma de mentoria especializada a nível nacional;

- Compromisso Pagamento Pontual - iniciativa nacional que consiste num movimento de responsabilidade social que promove uma cultura de pagamento atempado a fornecedores, potenciando assim a competitividade da economia portuguesa;
- Prémio Inovação em Prevenção Ageas Seguros - iniciativa que tem por objetivo premiar práticas empresariais inovadoras em matéria de prevenção e segurança e divulgar exemplos de projetos ao mercado. O Presidente da CIP, Armindo Monteiro, faz parte do júri deste Prémio;
- Leadership Summit Portugal – em 2024 teve lugar a 8.ª edição da conferência de alto nível, que teve como tema «Humanity is Calling – Be Silent, Decide with Truth». Nesta edição foram debatidos os desafios que se colocam às lideranças perante os atuais conflitos na Europa e Médio Oriente, o crescimento de movimentos extremistas, a degradação ambiental e a incerteza sobre o caminho da digitalização. O evento contou com a participação de grandes oradores nacionais e internacionais, entre os quais o Presidente da CIP, Armindo Monteiro.

18.3.8. Projetos

O Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais colaborou com o Gabinete de Talento, Projetos e Suporte no âmbito dos projetos Promova, Progrida, PRO_MOV e Programa de Liderança em Associações em todas as atividades que dizem respeito à comunicação destes Projetos.

No âmbito do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI) foram implementadas as atividades do seu domínio de intervenção e responsabilidade, bem como assegurada a mais elevada taxa de execução possível.

18.4. Ações Corporativas

CIP - Conectar empresas, impulsionar o futuro

As ações corporativas desempenham um papel central na comunicação da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, funcionando como plataformas privilegiadas para a promoção do diálogo e o fortalecimento do posicionamento da CIP junto dos seus públicos estratégicos.

Em 2024, a CIP intensificou o impacto das iniciativas realizadas, promovendo-as como momentos de referência e influência no panorama empresarial e político nacional. O Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais assegurou a coordenação de toda a logística e comunicação associadas a todas as ações corporativas levadas a cabo em 2024.

18.4.1. As Vozes da Europa com Pedro Lourtie (19 de janeiro)

Pedro Lourtie, Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia – REPER em 19 de janeiro de 2024, foi o primeiro convidado do Ciclo de Debates «As Vozes da Europa», uma iniciativa lançada pela CIP, exclusiva para os seus Associados, que tem como objetivo aprofundar as reflexões sobre o futuro da União Europeia.

A perspetiva do então Embaixador Pedro Lourtie sobre os principais desafios da União Europeia e sobre de que forma as empresas portuguesas podem melhor preparar-se para as mudanças, foi seguramente uma mais-valia.

O ciclo de debates «As Vozes da Europa» permite aos representantes das empresas portuguesas colocar as suas perguntas, esclarecer as suas dúvidas e interagir com diversos interlocutores a nível europeu.

18.4.2. Pacto Social. Mais economia para todos (20 e 21 de fevereiro)

No âmbito da sua esfera de atuação, o Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais assegurou a coordenação de toda a logística e comunicação associadas à organização do Congresso «Pacto Social. Mais Economia para Todos», realizado a 20 e 21 de fevereiro, no Porto. O enquadramento desta ação corporativa encontra-se desenvolvido no ponto 4 deste Relatório.

18.4.3. Recomendações da OCDE: conceção da próxima geração do Regime Único de Licenciamento Ambiental (23 de abril)

A CIP foi parceira da sessão «Recomendações da OCDE: conceção da próxima geração do Regime Único de Licenciamento Ambiental», organizada pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente, com o apoio da Comissão Europeia e da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

O relatório em análise nesta sessão integra a maioria das preocupações da Confederação e deixa recomendações que, uma vez implementadas, podem levar à melhoria dos procedimentos ambientais e, consequentemente, contribuir para o aumento da competitividade das empresas portuguesas.

18.4.4. As Vozes da Europa com Elisa Ferreira (10 de maio)

Elisa Ferreira, Comissária Europeia em 10 de maio de 2024, foi a segunda convidada do Ciclo de Debates da CIP «As Vozes da Europa», e participou no dia 10 de maio numa conversa com os Associados da CIP sobre «O futuro da política regional europeia e o uso dos fundos europeus.

A então Comissária Europeia relembrou a importância da política de coesão para o projeto europeu e para que a União Europeia consiga enfrentar os importantes desafios que tem pela frente. O que acontece a um país ou a uma região diz respeito a todos os europeus. É por isso que a Política de Coesão é tão fundamental para o projeto europeu.

18.4.5. Saúde e Finanças Públicas (23 de maio)

A aposta na prevenção e na previsibilidade orçamental como mecanismos para controlar a despesa em saúde esteve em destaque na conferência «Saúde e Finanças Públicas | Diálogo necessário para a sustentabilidade dos sistemas de saúde», organizada pelo Conselho da Saúde, Prevenção e Bem Estar, no dia 23 de maio, em Lisboa.

18.4.6. Economia e Defesa (26 de junho)

No âmbito da sua esfera de atuação, o Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais assegurou a coordenação, em parceria com a idD Portugal Defence, de toda a logística e comunicação associada à organização do Seminário «Economia e Defesa», realizado a 26 de junho, em Lisboa. O enquadramento desta ação corporativa encontra-se desenvolvido no ponto 5 deste Relatório.

18.4.7. Fundo de Compensação do Trabalho (24 de setembro)

No dia 24 de setembro, a CIP, em parceria com o Instituto de Gestão do Fundo de Capitalização da Segurança Social, realizou uma sessão de esclarecimento online dedicada às alterações nos Fundos de Compensação do Trabalho.

O evento contou com mais de 600 participantes, incluindo Associados, parceiros e entidades empregadoras de diversos setores de atividade e regiões. A sessão, caracterizada pela sua acentuada interatividade, incluiu um espaço dedicado a perguntas e respostas, onde os participantes tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre a cessação de entregas ao FCT, os procedimentos de mobilização de montantes, e os impactos práticos para as entidades empregadoras.

18.4.8. Fórum Empresarial Luso-Espanhol (23 de outubro)

No âmbito da sua esfera de atuação, o Gabinete do Associado, Comunicação e Relações Institucionais assegurou a coordenação, em parceria com a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, a CEOE – Confederación Española de Organizaciones Empresariales, de toda a logística e comunicação associada à organização do Fórum Empresarial Luso-Espanhol, realizado a 23 de outubro, em Faro. O enquadramento desta ação corporativa encontra-se desenvolvido no ponto 5 deste Relatório.

18.4.9. Mecanismo de Ajuste Fronteiriço de Carbono (04 de novembro)

A CIP organizou no dia 04 de novembro, em formato online, uma sessão de esclarecimento sobre o Mecanismo de Ajuste Fronteiriço de Carbono (CBAM).

No período de Perguntas e Respostas, os mais de 380 participantes esclareceram dúvidas com os especialistas, que apontaram alguns desafios pendentes. Entre eles, continua a ser incerta a definição das regras nacionais sobre o regime sancionatório, essencial para garantir previsibilidade e segurança jurídica às empresas.

18.4.10. Jantar de Trabalho com Enrico Letta (08 de novembro)

No dia 8 de novembro, a CIP promoveu um jantar de trabalho no Porto com Enrico Letta, Presidente do Instituto Jacques Delors e ex-Primeiro-Ministro de Itália. Este encontro contou com a presença de 50 empresários portugueses e serviu de palco para uma discussão aprofundada sobre as medidas necessárias para o fortalecimento do mercado único europeu e a competitividade das empresas europeias.

Enrico Letta, autor do relatório «Muito Mais do que um Mercado», encomendado pelo Conselho Europeu, apresentou as suas ideias durante o jantar, traçando um plano ambicioso para consolidar o papel da Europa enquanto líder em inovação e sustentabilidade.

Este jantar destacou o empenho da CIP em fomentar o diálogo entre o setor empresarial e líderes europeus, promovendo uma visão comum de um mercado europeu robusto e competitivo, onde as empresas portuguesas possam prosperar e contribuir para um futuro mais sustentável.

19. Proposta de Aplicação de Resultados de 2024

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

19. Proposta de Aplicação de Resultados de 2024

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DE 2024

Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CIP - Confederação Empresarial de Portugal

Nos termos dos Estatutos da CIP - Confederação Empresarial de Portugal, vem a Direção apresentar à Assembleia Geral a proposta de aplicação de resultados das contas de 2024, solicitando a V. Exa. a sua apresentação aos Exmos. Senhores Associados:

Nos termos das competências conferidas pelos Estatutos da CIP - Confederação Empresarial de Portugal, vem este órgão propor a V. Exas. que o Resultado Líquido negativo das Contas do Exercício de 2024, no montante de -85.910,79 (menos oitenta e cinco mil novecentos e dez euros e setenta nove cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 24 de março de 2025

O Presidente da Direção

Armindo Monteiro

20. Contas 2024

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

20. Contas 2024

CIP-CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

Contribuinte: 500835934
Moeda: EUR
21/03/2025

BALANÇO em 31 Dezembro de 2024

Rubricas	Notas	2024 31 Dezembro	2023 31 Dezembro
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	10 469	36 330
Ativos Intangíveis	6	0	0
Investimentos financeiros	7	229 127	219 315
Subtotal		239 596	255 645
Activo corrente			
Associados	8	236 321	197 535
Diferimentos	9	40 325	55 258
Outros créditos a receber	10	421 615	246 239
Caixa e depósitos bancários	11	569 462	606 408
Subtotal		1 267 723	1 105 440
Total do activo		1 507 319	1 361 085
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	12	1 018 145	1 211 069
Subtotal		1 018 145	1 211 069
Resultado liquido do exercicio		-85 910	-192 925
Total dos fundos patrimoniais		932 235	1 018 144
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos		0	0
Outras dívidas a pagar		0	0
Subtotal		0	0
Passivo corrente			
Fornecedores	13	327 786	132 714
Estado e outros entes publicos	14	47 814	44 451
Diferimentos	9	17 050	11 860
Outras dívidas a pagar	15	182 434	153 916
Subtotal		575 084	342 941
Total do Passivo		575 084	342 941
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 507 319	1 361 085

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Direção

O Contabilista Certificado

CIP-CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

Moeda: EUR
Contribuinte: 500835934

21/03/2025

Demonstração de resultados por naturezas 12 de 2024

(modelo reduzido)

Rendimentos e Gastos	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	**16**	2 041 718	2 008 984
Subsídios à exploração	**17**	490 482	478 427
Fornecimentos e serviços externos	**18**	-1 000 372	-1 104 929
Gastos com pessoal	**19**	-1 465 566	-1 430 395
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	**8**	2 290	-3 860
Aumentos / Reduções de justo valor	**7**	9 812	1 411
Outros rendimentos e ganhos	**20**	16 289	19 747
Outros gastos e perdas	**21**	-146 856	-129 738
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-52 203	-160 353
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	**5**	-31 714	-31 191
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-83 917	-191 544
Juros e gastos similares suportados	**22**	0	0
Resultado antes de impostos		-83 917	-191 544
Impostos sobre o rendimento do periodo		-1 993	-1 381
Resultado liquido do periodo		-85 910	-192 925

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Direção

O Contabilista Certificado

CIP-CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

Contribuinte: 500835934

Moeda: EUR

21/03/2025

Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		1 949 967	1 895 856
Pagamentos a Fornecedores		-996 844	-1 246 762
Pagamentos ao Pessoal		-1 385 266	-1 274 730
Caixa geradas pelas operações		-432 143	-625 636
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0	-1 218
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		401 050	474 749
Fluxos das actividades operacionais (1)		-31 093	-152 105
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-5 853	-2 288
Investimentos financeiros (Fundo Compensação Trabalho)		0	-401
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0	0
Fluxos das actividades de investimento (2)		-5 853	-2 689
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0	0
Juros e gastos similares		0	0
Fluxos de actividades de financiamento (3)		0	0
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-36 946	-154 794
Efeitos das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		606 408	761 202
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**11**	569 462	606 408

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Direção

O Contabilista Certificado

CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

ANEXO em 31.12.2024

1. Identificação da Entidade

1. Identificação da Entidade: CIP – Confederação Empresarial de Portugal

   1.1. Designação da entidade:
   CIP- Confederação Empresarial de Portugal

   1.2. Sede: Praça das Indústrias
   1300-307 Lisboa

   1.3. Natureza da atividade: Associação Patronal

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho (alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho), em particular com os modelos de Demonstrações Financeiras e código de contas aplicáveis a Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) e com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL). Para as ESNL, o Sistema de Normalização Contabilística é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.1.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 10

A CIP revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os "*Ativos Intangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

3.1.3. Imparidade dos ativos não correntes

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "'Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra, referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.1.4. Instrumentos Financeiros

Associados

As comparticipações dos associados, que se encontram com saldo, no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Os *"Associados"* e as "*Outras contas a receber*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.
As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos, não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

ANEXO em 31.12.2024

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.1.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.1.6. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir ex fluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "*Fornecimentos e Serviços Externos*".

3.1.7. Regime do acréscimo

A CIP apresenta as suas demonstrações financeiras de acordo com as bases para a apresentação das demonstrações financeiras (BADF), utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica), segundo o qual todos os rendimentos e gastos devem ser reconhecidos no exercício em que foram obtidos ou suportados, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

3.1.8. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração em políticas ou estimativas contabilísticas.

CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

ANEXO em 31.12.2024

5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Abates/Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-23
Custo:					
Equipamento Básico	17 954	-	-	-	17 954
Equipamento de transporte	87 500	-	-	-	87 500
Equipamento administrativo	299 299	2 288	-	-	301 587
Outros ativos fixos tangíveis	42 210	-	-	-	42 210
	446 963	2 288	-	-	449 251
Depreciações acumuladas					
Equipamento de transporte	43 750	21 875	-	-	65 625
Equipamento administrativo	304 305	7 504	-	-	311 809
Outros ativos fixos tangíveis	33 675	1 812	-	-	35 486
	381 729	31 191	-	-	412 920
Valor Líquido	65 233	28 903	-		36 331

31 de dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Abates/Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-24
Custo:					
Equipamento Básico	17 954	-	-	-	17 954
Equipamento de transporte	87 500	-	-	-	87 500
Equipamento administrativo	301 587	5 852	-	-	307 439
Outros ativos fixos tangíveis	42 210	-	-	-	42 210
	449 251	5 852	-	-	455 103
Depreciações acumuladas					
Equipamento de transporte	65 625	21 875	-	-	87 500
Equipamento administrativo	311 809	8 028	-	-	319 837
Outros ativos fixos tangíveis	35 486	1 812	-	-	37 298
	412 920	31 714	-	-	444 635
Valor Líquido	36 331	25 862	-		10 469

6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-23	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-23
Custo					
Projetos de desenvolvimento	2 256	-	-	-	2 256
Patentes e Marcas	19 500	-	-	-	19 500
Programas de Computador	14 501	-	-	-	14 501
	36 257	-	-	-	**36 257**
Depreciações Acumuladas					
Projetos de desenvolvimento	2 256	-	-	-	2 256
Patentes e Marcas	19 500	-	-	-	19 500
Programas de Computador	14 501	-	-	-	14 501
	36 257	-	-	-	**36 257**
Valor Líquido	-		-		-

31 de dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-24	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-24
Custo					
Projetos de desenvolvimento	2 256	-	-	-	2 256
Patentes e Marcas	19 500	-	-	-	19 500
Programas de Computador	14 501	-	-	-	14 501
	36 257	-	-	-	**36 257**
Depreciações Acumuladas					
Projetos de desenvolvimento	2 256	-	-	-	2 256
Patentes e Marcas	19 500	-	-	-	19 500
Programas de Computador	14 501	-	-	-	14 501
	36 257	-	-	-	**36 257**
Valor Líquido	-		-		-

7. Investimentos Financeiros

	31-Dez-24	31-Dez-23
CNEMA	67 410	67 410
NEXPONOR	159 553	149 741
FCT	2 164	2 164
	229 127	**219 315**

CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

ANEXO em 31.12.2024

A CIP detém uma participação minoritária (1,59%) no capital do CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, SA, em Santarém, valorizada ao custo de aquisição.

Também detém uma participação minoritária (0,27%) no capital da NEXPONOR – Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo, SICAFI, S.A., valorizada de acordo com o valor contabilístico divulgado no website da CMVM, reportado a 31 de dezembro de 2024. A valorização desta participação financeira teve um aumento de justo valor de + 9.811,74€, refletido, na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Aumentos/Reduções de Justo Valor.

8. Associados

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Associados" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Associados c/c	236 321	197 535
Associados com Letras	-	-
Associados Cobrança Duvidosa	36 763	39 053
	273 084	**236 588**
Perdas por imparidade acumuladas	-36 763	-39 053
	236 321	**197 535**

	Saldo Inicial 01-Jan-2024	Aumentos	Reversões	Saldo Final 31-Dez-2024
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	39 053	1 710	4 000	36 763
	39 053	1 710	4 000	36 763

No período findo em 31 de dezembro de 2024 foram registadas reversões de dívidas a receber de 4.000€, respetivamente, na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber (reversões).

No que se refere aos valores ainda em cobranças duvidosas, no montante global de 36.763€, teve um aumento referente a dividas acumuladas com mais de seis meses de 2 associados, no entanto o Associado com o qual foi celebrado, em 2020, um Acordo sobre Regularização de Divida e Quota, foram efetuados contatos telefónicos com o associado e o mesmo em 2024 efetuou 2 pagamentos do referido plano, mas a divida ainda é de 21.773€.

É convicção da Direção que os saldos acima evidenciados, líquidos de perdas por imparidade, serão integralmente realizados durante o exercício de 2025.

CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

ANEXO em 31.12.2024

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de "Diferimentos" no Ativo, tinha a seguinte composição:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Diferimentos (Ativo)		
Contratos prestação de serviços e Licenças	37 025	54 644
Renovação Assinaturas	3 300	614
Obras/Reparação Instalações	-	-
	40 325	**55 258**
Diferimentos (Passivo)		
Associados	7 050	11 860
Patrocínios	10 000	-
	17 050	**11 860**

10. Outros Créditos a Receber

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Outros Créditos a Receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Devedores por Acréscimos de Rendimentos	302 617	225 183
Outros Devedores	118 998	21 056
	421 615	**246 239**
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	421 615	**246 239**

A rubrica "Devedores por Acréscimos de Rendimentos" e "Outros Devedores" em 31-Dez-24, relativo à especialização de subsídios a receber no âmbito do fecho do projeto PDQI 2023-2024, correspondentes a despesas incorridas em 2024 e Quotas a Debitar.

É convicção da Direção que os saldos acima evidenciados serão integralmente realizados durante o exercício de 2025.

11. Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalha-se como segue:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Caixa	700	1 129
Depósitos à Ordem	568 762	605 279
Caixa e depósitos bancários pelo balanço	569 462	606 408
Caixa e depósitos bancários, pela Demonstração de Fluxos Caixa	569 462	606 408

A variação existente nos depósitos bancários deve-se ao essencialmente ao não recebimento de valores dos valores sobre despesas incorridas no ano sobre o projeto PDQI.

CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

ANEXO em 31.12.2024

12. Fundos Patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

	Saldo Inicial 01-Jan-24	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-Dez-2024
Resultados Transitados	1 211 069	-	192 925	1 018 144
	1 211 069	-	192 925	1 018 144

Por decisão da Assembleia Geral de aprovação das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, realizada a 27 março de 2024, o resultado líquido referente a esse exercício foi integralmente transferido para a rubrica Resultados Transitados.

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Fornecedores conta corrente	327 786	132 714
	327 786	**132 714**

Nesta rubrica, o valor refere-se essencialmente ao fornecedor AIP, relativamente ao custo com as rendas das instalações da Sede da CIP (316.648,69€).

14. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	16 705	16 015
Segurança Social	24 055	29 650
IVA	5 060	6 105
IRC	1 993	1 381
	47 814	**44 451**

15. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Outras Dívidas a Pagar" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Credores por Acréscimos de Gastos	182 030	153 458
Outros Credores – Cartões Crédito	404	458
Adiantamentos	-	-
	182 434	**153 916**

Na rúbrica, credores por acréscimos de gastos, estão contemplados os valores de férias, subsídios de férias e respetivos encargos cujo direito foi adquirido em 2023 a pagar durante o ano de 2024, no valor de 182.029,68€.

16. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidas as seguintes prestações de serviços:

	31-Dez-24	31-Dez-23
Quotas	1 900 426	1 754 840
Quotas Extraordinárias	13 032	158 825
Comparticipações Eventos	86 260	30 319
Patrocínios Projeto Promova	42 000	65 000
	2 041 718	2 008 984

17. Subsídios, Doações e Legados à exploração

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Subsídios à exploração:

	31-Dez-24	31-Dez-23
POISE (terminou a 30 abril 2023)	0	151 179
PDQI (teve início a 01 julho 2023)	317 858	156 834
CES – Concertação Económica e Social	90 577	88 801
IEFP (Diálogo Social e Estágio)	76 554	81 612
EEA Grants - CIG	5 493	-
	490 482	**478 426**

CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

ANEXO em 31.12.2024

18. Fornecimentos e Serviços Externos

Contas SNC	DESCRIÇÃO	2024	2023
6211	Subcontratos Mercado Nacional	20 807	22 013
6221	Trabalhos Especializados	542 860	667 719
6222	Publicidade e Propaganda	-	9 840
6223	Trabalho Temporário Receção, Vigilância e Segurança	-	384
6224	Honorários e Avenças	-	-
6225	Comissões Tickets	868	893
6226	Conservação e Reparação	754	6 595
6227	Serviços Bancários	606	673
6231	Ferramentas e Utensílios	-	1 003
6233	Material de Escritório	2 496	4 541
6234	Artigos Oferta	1 644	1 115
6235	Jornais e Revistas	16	15
6236	Assinaturas de Publicações	5 267	3 824
6237	Licenças Programas	23 875	21 986
6242	Combustíveis	-	1 294
6251	Deslocações e Estadas	75 168	61 930
6252	Transportes de Pessoal	5 489	4 579
6261	Rendas e Alugueres	258 194	236 486
6262	Comunicação	20 260	19 712
6263	Seguros	7 631	7 778
6265	Contencioso e Notariado	299	968
6266	Despesas de Representação	5 835	6 180
6267	Limpeza Higiene e Conforto	20 094	19 912
6268	Outros Serviços	8 209	5 488
	TOTAL	**1 000 372**	**1 104 929**

Os aumentos mais significativos ao nível dos FSE, comparativamente com o ano de 2023, verificaram-se nas seguintes rúbricas:

- 6236 – O acréscimo nesta rubrica deve-se a subscrição de novas assinaturas
- 6237 – Licenças de programa - renovação de licenças anual Office 365 e aquisição de novas e alguns upgrades
- 6251 – O acréscimo nesta rubrica relativamente a 2023, prende-se com o facto de CIP, ter realizado mais viagens comparativamente aos últimos anos
- 6261 – O acréscimo nesta rubrica deve-se a atualizações anuais de rendas e alugueres
- 6268 – Mais presenças em Conselho de Presidentes

CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

ANEXO em 31.12.2024

19. Gastos com o Pessoal

Contas SNC	DESCRIÇÃO	2024	2023
6321	Ordenados e Salários	913 464	822 460
6321	Subsídio de Natal	75 289	69 033
6321	Subsídio de Férias	94 326	98 007
6321	Prémio	33 835	-
6322	Bolsa de Estágio	1 580	7 190
6321	Ajudas de Custo	16 811	8 987
6321	Subsídio de Almoço	47 067	45 589
6321	Diuturnidades	2 432	4 643
6342	Subsídio de Doença	1 767	6 511
6321	Indemnizações/Gratificações	19 715	100 638
6352	Encargos sobre Remunerações	234 508	218 173
6357	FGCT	-	78
6362	Seguro Acidentes de Trabalho/Doenças Prof.	6 702	6 208
6364	Seguro Saúde Grupo	17 769	16 634
6382003	Ofertas a Colaboradores	78	12 250
6382001	Outros Custos c/ Pessoal (Formação)	225	13 994
		1 465 566	**1 430 394**

Número de empregados em 31.12.2024: 23 (31.12.2023: 23)

Em 2024 comparativamente a 2023, o aumento de custo com pessoal foi significativo, na ordem de 2,4589%

Quanto à massa Salarial o aumento foi de 8,6796%

CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

ANEXO em 31.12.2024

20. Outros Rendimentos

	31-Dez-24	31-Dez-23
Reembolso de Despesas	16 288	19 286
Outros correções Exercícios anteriores	1	461
Alienações (Carro)	-	-
	16 289	**19 747**

21. Outros Gastos

	31-Dez-24	31-Dez-23
Impostos	696	678
Quotizações	133 693	128 126
Multas Fiscais	57	-
Alienações	-	-
Correção Exercícios Anteriores	12 409	934
	146 856	**129 738**

O valor referido em Quotizações, diz respeito à participação da CIP nas Organizações Internacionais de Empregadores nomeadamente a Businesseurope, OIE e Business at OCDE (BIAC).

Quanto ao valor registado, em correções de exercícios anteriores, refere-a e fatura de agosto de 2024 respeitante a despesas de viatura do Presidente de maio a dezembro 2023-

22. Juros e gastos similares

Em 2024 não se verificaram quaisquer despesas nesta rubrica.

23. Eventos Subsequentes

À presente data não temos conhecimento de quaisquer acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2024 que justifiquem ajustamentos às presentes contas.

CIP – CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL

ANEXO em 31.12.2024

24. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Confederação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Direção

Contabilista Certificado

Data: 21 março de 2025

21. Certificação Legal de Contas

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

21. Certificação Legal de Contas

BDO

Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CIP - Confederação Empresarial de Portugal (CIP ou Confederação), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1 507 319 euros e um total de fundos patrimoniais de 932 235 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 85 910 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CIP - Confederação Empresarial de Portugal em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Confederação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

(i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Instituto de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

(ii) elaboração do relatório de atividades nos termos estatutários aplicáveis;

BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade por quotas, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 20161384.

A BDO & Associados, SROC, Lda., sociedade por quotas registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

(iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

(iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

(v) avaliação da capacidade do Instituto de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Confederação;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Confederação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são

baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Confederação descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

(vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Confederação, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2025

Rui Carlos Lourenço Helena,
(ROC n.º 923, inscrito na CMVM sob o n.º 20160541)
em representação de BDO & Associados - SROC

22. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

22. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

No cumprimento do mandato que V. Exas nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, emitimos parecer sobre o Relatório e Contas de 2024, apresentado pela Direção.

Analisámos a atividade da CIP - Confederação Empresarial de Portugal (adiante também designada por CIP ou Confederação), foram-nos facultados os registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos Estatutos e obtivemos da Direção e Conselho Geral os esclarecimentos e informações relevantes para a execução do nosso trabalho.

O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas elaborada pela BDO (Sociedade de Revisores com assento neste Conselho), cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da lei e dos Estatutos, será parte integrante do presente relatório.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, o anexo às demonstrações financeiras e o relatório de atividades, lidos em conjunto com a Certificação Legal de Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da CIP e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Deste modo, o Conselho Fiscal propõe:

a) A aprovação do relatório de atividades, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras, apresentados pela Direção, relativos ao exercício de 2024;

b) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção.

O Conselho Fiscal expressa a toda a Direção e Conselho Geral o apreço pela colaboração prestada e pelo trabalho desenvolvido no desempenho das funções para a qual foram eleitos.

Lisboa, 25 de março de 2025

O Conselho Fiscal

Bruno Pinto Basto Bobone - Presidente

Ana Silveira - Vice-Presidente

Rui Carlos Lourenço Helena,
(ROC n.º 923, inscrito na CMVM sob o n.º 20160541)
em representação de BDO & Associados SROC - Vogal

CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL